**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 017/2019**

**PROCESSO Nº 50.648/2019**

O Município de Vila Velha, Estado do Espiríto Santo, por meio da **Secretaria Municipal de Administração**, doravante denominada **SEMAD** com sede na Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915, através da **Comissão Permanente de Licitação**, instituída pelo Decreto Municipal nº 186/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MELHOR PROPOSTA TÉCNICA**, visando à **CONCESSÃO DE USO RESOLÚVEL E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO, À TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA PÚBLICA DE USO COMUM, PRECEDIDA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUE, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES E CONVENIÊNCIAS DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DA ORLA DA PRAIA DE ITAPARICA, CONFORME DETALHADO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

O certame será realizado por Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº. 186/2018 e regido com observância da Lei nº 8666/93, Lei nº 8987/95, demais legislações pertinentes, além das condições estabelecidas no presente Edital e respectivos anexos.

1. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** A Concorrência Pública será realizada através de sessão pública no endereço abaixo indicado.

**1.1.1.** Endereço: Prefeitura Municipal de Vila Velha - Secretaria Municipal de Administração – Setor de Compras – Avenida Santa Leopoldina, 840, Coqueiral de Itaparica, CEP 29.102-915, Vila Velha/ES. Tel.: (27) 3149-7961

**1.2.** Deverão ser entregues 2 (dois) envelopes, referentes à: 1) Proposta Técnica e 2) Habilitação, DIRETAMENTE NO SETOR DE PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA**,** até as 0**9h30min do dia 23/10/2019,** quando então terá início à Sessão de disputa às **10h00min** se iniciando com o credenciamento e seguido da abertura dos envelopes.

* 1. **Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Recebimento dos envelopes...............** | **Dia 23/10/2019 - às - 09:30h** |
| **Início da Sessão Pública ................** | **Dia 23/10//2019 - às - 10:00h** |

**1.4. DAS RETIRADAS DO EDITAL:**

**1.4.1.** As pessoas e/ou empresas interessadas em participar do presente certame deverão retirar o edital exclusivamente por meio eletrônico, através do site: <http://www.vilavelha.es.gov.br/licitações> . Link: LICITAÇÕES

**1.5. DOS ESCLARECIMENTOS**

**1.5.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser dirigidos ao presidente em até, no máximo, **05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio eletrônico, através dos e-mails flavia.pontes@vilavelha.es.gov.br ou setordecompras@vilavelha.es.gov.br, ou entregue no endereço especificado no subitem 1.1.1 deste edital.

**1.5.2.** Os pedidos de esclarecimento serão respondidos pela Comissão Permanente de Licitação antes da **data fixada para abertura da sessão pública**.

**1.5.3.** Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos exclusivamente mediante divulgação na internet, através do site: [www.vilavelha.es.gov.br/licitações](http://www.vilavelha.es.gov.br/licitações), sem informar a identidade da licitante consulente e de seu representante.

**1.5.4.** Às licitantes interessadas cabe acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

**1.6 IMPUGNAÇÃO:** A impugnação ao Edital deverá ser protocolada na Gerência de Protocolo e Documentação (Protocolo Geral), na sede da PMVV, e direcionada à Comissão de Licitação com a indicação do Edital correspondente, nos dias e horários definidos no item anterior, na forma do Art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de não conhecimento.

* + 1. Para fins de identificação visando a interposição de impugnação, o impugnante deverá juntar a Cópia do Contrato Social Consolidado devidamente autenticado quando este for um dos sócios, ou instrumento procuratório público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório e cópia autenticada do Contrato Social Consolidado em se tratando de representante legal, quando se tratar de licitantes, ou no caso de se tratar de cidadão comum se faz necessário somente a cópia autenticada da cédula de identidade.
    2. Somente a Comissão de Licitação, devidamente instituída, está autorizada a prestar, oficialmente, informações ou esclarecimentos a respeito desta licitação. As eventuais informações de outras fontes não deverão ser consideradas como oficiais.
    3. Os esclarecimentos prestados aos licitantes e as respostas às impugnações estarão disponíveis no site <http://www.vilavelha.es.gov.br/licitacoes>, dispensando qualquer outra publicidade, não podendo os licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.
    4. Eventuais alterações no Edital observarão o disposto no art. 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** O objeto da presente licitação é a **CONCORRÊNCIA, DO TIPO MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, VISANDO À CONCESSÃO DE USO RESOLÚVEL E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO, À TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA PÚBLICA DE USO COMUM, PRECEDIDA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUE, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES E CONVENIÊNCIAS DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DA ORLA DA PRAIA DE ITAPARICA, CONFORME DETALHADO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS,** para atendimento das necessidades e conveniências de consumo dos usuários da Orla da Praia de Itaparica, conforme detalhado no termo de referência.

**2.2.** Na execução da obra de construção do quiosque, deverão ser cumpridas as especificações, normas, informações técnicas e procedimentos estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I), àquelas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além das disposições constantes do Código de Posturas do Município de Vila Velha.

**2.3.** O Município exigirá o refazimento de qualquer parte da obra caso esta tenha sido executada com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações próprias.

**2.4.** A exploração dos serviços com suas especificações deverá se dar conforme dispuser o Termo de referência – Anexo I deste Edital.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO QUIOSQUE**

**3.1.** As especificações técnicas das condições e características das obras de construção dos quiosques estão dispostas no **ANEXO I** – do Termo de Referência – Projeto Executivo.

**3.2.** O projeto aprovado prevê uso de tecnologia tradicional construtiva para execução das obras de construção do quiosque, contudo pode vir a ser proposta nova tecnologia pela concessionária desde que não impacte na concepção do projeto, em dilação do prazo previsto, bem como, prejuízo de segurança e qualidade das intervenções e resguardado o projeto arquitetônico aprovado para ser executado, sempre mediante aprovação da Prefeitura Municipal.

**3.3.** A Licitante deverá construir, dentro da área delimitada de Concessão, um quiosque de acordo com as especificações técnicas, croquis, planilhas, cronograma e projetos, cabendo o fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessária à execução da obra, em conformidade com o termo de referência e projeto executivo.

**3.4.** Qualquer alteração no projeto básico somente poderá ser executada mediante aprovação da Secretaria Municipal de Administração, que avaliará a solicitação junto à área técnica de Engenharia e Arquitetura da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

**3.5.** A licitante terá o prazo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato, para apresentar o plano de construção e ocupação do quiosque, e a Administração terá o prazo sucessivo de até 10 dias para análise e aprovação do plano.

**3.6.** Em caso de não aprovação do plano de construção e de ocupação pela Administração, a Licitante terá o prazo de até 10 dias para readequá-lo e encaminhar para nova análise pela Administração, sob pena de aplicação de multa diária nos termos do contrato.

**3.7.** Autorizada a construção pelo Município, a Concessionária terá o prazo de até 30 (trinta) dias para iniciar as obras do quiosque, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato, sem qualquer direito à indenização.

**3.8.** A licitante se compromete a entregar a obra acabada, executada nos termos do projeto, ao Município em até 180 dias da assinatura do contrato, sob pena de multa por dia de atraso injustificado.

**3.9.** O não cumprimento do cronograma da obra importará em descumprimento contratual, e uma vez notificado, ensejará na aplicação das penalidades contratuais.

**3.10.** Concluída a obra, o Município registrará a propriedade do quiosque em Cartório para que este seja incorporado ao patrimônio Municipal.

**3.11.** As obras inacabadas serão incorporadas ao patrimônio público municipal, mediante indenização dos valores investidos.

**3.12.** A Licitante deverá informar imediatamente qualquer falha, ou deficiência, constatada no projeto básico, bem como, poderá apresentar sugestões de melhoria, que serão avaliadas pela Administração, junto à área técnica de Engenharia e Arquitetura.

**3.13.** Serão construídos 20 (vinte) quiosques, subdivididos em 03 (três) grupos, conforme nível de implantação, considerando as fundações de cada um, o número de escadas e/ou rampa no acesso à praia, o desnível existente em relação ao calçadão, o limite de fundos de cada quiosque e seus respectivos custos, conforme projeto executivo e tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº do Quiosque (N)**  Obs. A localização de cada quiosque encontra-se detalhada no projeto executivo | **GRUPO** | Valor da Outorga correspondente ao Investimento da Obra incluindo mobiliários e equipamentos |
| N5, N6, N7, N8, N9 e N13 | 1 - Nível 0,00 m | **R$ 562.551,80** |
| N1, N4, N10, N11, N12, N15 e N19 | 2 - Nível 0,00 a 1,00 m | **R$ 572.073,46** |
| N2, N3, N14, N16, N17, N18 e N20 | 3 - Nível 1,00 a 2,0m | **R$ 580.031,94** |

**3.14.** A licitante, a fim de evitar impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra, deverá adotadas medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

1. tomar medidas de segurança contra o derramamento de material poluente;
2. dispor adequadamente o lixo;
3. limpar diariamente os canteiros da obra ao término da sua execução.

**4. DO CUSTO ESTIMADO DA OBRA**

4.1. Toda a obra de construção do quiosque será custeada pela Licitante, sem nenhum ônus para Administração Pública Municipal.

4.2. Os quantitativos e valores indicados correspondem a valor orçado em projeto executivo para efeito de estimativa do valor da construção do Quiosque.

4.3. Para a construção dos quiosques previstos no projeto executivo municipal, as 20 (vinte) unidades a serem construídas foram subdivididas em 03 (três) grupos, conforme nível de implantação atribuído para cada grupo, considerando a fundação e a diferença quanto ao número de escadas e/ou rampa no acesso à praia, devendo ser esclarecido que mesmo dentro de um grupo há variação entre os quiosques de desnível em relação ao calçadão e o limite de fundos.

4.4. Para os quiosques com nível 0,00 m – Quiosques N5, N6, N7, N8, N9 e N13, o valor global da obra de construção estimado para cada unidade é de **R$ 562.551,80** (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos). Conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TABELA 01 - CONSTRUÇÃO QUIOSQUE - NÍVEL 0,00 (SEM ESCADAS)** | | | |
| 01 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 2.738,52 | 0,55% |
| 02 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS | 8.863,75 | 1,77% |
| 03 | MOVIMENTO DE TERRA | 20.858,71 | 4,17% |
| 04 | ESTRUTURAS | 119.934,25 | 23,96% |
| 05 | PAREDES E PAINÉIS | 14.563,74 | 2,91% |
| 06 | ESQUADRIAS DE MADEIRA | 4.593,56 | 0,92% |
| 07 | ESQUADRIAS METÁLICAS | 28.382,04 | 5,67% |
| 08 | VIDROS E ESPELHOS | 3.573,58 | 0,71% |
| 09 | COBERTURA | 55.158,31 | 11,02% |
| 10 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 17.649,25 | 3,53% |
| 11 | TETOS E FORROS | 1.607,15 | 0,32% |
| 12 | REVESTIMENTO DE PAREDES | 28.975,63 | 5,79% |
| 13 | PISOS INTERNOS E EXTERNOS | 6.146,09 | 1,23% |
| 14 | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS | 14.009,86 | 2,80% |
| 15 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 27.675,11 | 5,53% |
| 16 | OUTRAS INSTALAÇÕES | 6.204,50 | 1,24% |
| 17 | APARELHOS HIDROSSANITÁRIOS | 16.783,92 | 3,35% |
| 18 | EQUIPAMENTOS | 6.610,45 | 1,32% |
| 19 | PINTURAS | 16.664,70 | 3,33% |
| 20 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS | 7.408,10 | 1,48% |
| 21 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES INTERNOS | 8.986,08 | 1,79% |
| 22 | TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA | 789,05 | 0,16% |
|  | **SUBTOTAL OBRA** | **418.176,35** | **83,53%** |
| 01 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (01 UNIDADE DE CANTEIRO DE OBRAS) | 28.694,12 | 5,73% |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | 53.775,91 | 10,74% |
|  | **SUBTOTAL CANTEIRO DE OBRA** | **500.646,38** | **100,00%** |
| 01 | EQUIPAMENTOS |  |  |
| 01.01 | EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO COZINHA E SALÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA | 35.995,54 | 58,15% |
| 01.02 | EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DOS CONCESSIONÁRIOS | 8.753,88 | 14,14% |
| 02 | COMUNICAÇÃO VISUAL |  |  |
| 02.01 | TÓTEM, PAINEIS, LETREIROS | 17.156,00 | 27,71% |
|  | **SUBTOTAL EQUIPAMENTOS** | **61.905,42** | **100,00%** |
|  | **TOTAL GERAL** | **R$ 562.551,80** |  |

4.5. Quiosques com nível 0,00 a 1,00 m – Quiosques N1, N4, N10, N11, N12, N15 e N19, o valor global da obra de construção estimado para cada unidade é de **R$ 572.073,46** (quinhentos e setenta e dois mil, setenta e três reais e quarenta e seis centavos). Conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TABELA 02 - CONSTRUÇÃO QUIOSQUE - NÍVEL 0,00 A 1,00M** | | | |
| 01 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 2.738,52 | 0,54% |
| 02 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS | 8.863,75 | 1,74% |
| 03 | MOVIMENTO DE TERRA | 23.287,78 | 4,56% |
| 04 | ESTRUTURAS | 126.598,44 | 24,82% |
| 05 | PAREDES E PAINÉIS | 14.563,74 | 2,85% |
| 06 | ESQUADRIAS DE MADEIRA | 4.593,56 | 0,90% |
| 07 | ESQUADRIAS METÁLICAS | 28.382,04 | 5,56% |
| 08 | VIDROS E ESPELHOS | 3.573,58 | 0,70% |
| 09 | COBERTURA | 55.158,31 | 10,81% |
| 10 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 18.077,65 | 3,54% |
| 11 | TETOS E FORROS | 1.607,15 | 0,32% |
| 12 | REVESTIMENTO DE PAREDES | 28.975,63 | 5,68% |
| 13 | PISOS INTERNOS E EXTERNOS | 6.146,09 | 1,20% |
| 14 | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS | 14.009,86 | 2,75% |
| 15 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 27.675,11 | 5,42% |
| 16 | OUTRAS INSTALAÇÕES | 6.204,50 | 1,22% |
| 17 | APARELHOS HIDROSSANITÁRIOS | 16.783,92 | 3,29% |
| 18 | EQUIPAMENTOS | 6.610,45 | 1,30% |
| 19 | PINTURAS | 16.664,70 | 3,27% |
| 20 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS | 7.408,10 | 1,45% |
| 21 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES INTERNOS | 8.986,08 | 1,76% |
| 22 | TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA | 789,05 | 0,15% |
|  | **SUBTOTAL OBRA** | **427.698,01** | **83,83%** |
| 01 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (01 UNIDADE DE CANTEIRO DE OBRAS) | 28.694,12 | 5,62% |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | 53.775,91 | 10,54% |
|  | **SUBTOTAL CANTEIRO DE OBRA** | **510.168,04** | **100,00%** |
| 01 | EQUIPAMENTOS |  |  |
| 01.01 | EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO COZINHA E SALÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA | 35.995,54 | 58,15% |
| 01.02 | EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DOS CONCESSIONÁRIOS | 8.753,88 | 14,14% |
| 02 | COMUNICAÇÃO VISUAL |  |  |
| 02.01 | TÓTEM, PAINEIS, LETREIROS | 17.156,00 | 27,71% |
|  | **SUBTOTAL EQUIPAMENTOS** | **61.905,42** | **100,00%** |
|  | **TOTAL GERAL** | **R$ 572.073,46** |  |

4.6. Quiosques com nível 1,00 a 2,0m – Quiosques N2, N3, N14, N16, N17, N18 e N20, o valor global da obra de construção estimado para cada unidade é de **R$ 580.031,94** (quinhentos e oitenta mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos. Conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TABELA 03 - CONSTRUÇÃO QUIOSQUE - NÍVEL 1,00 A 2,00M** | | | |
| 01 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 2.738,52 | 0,53% |
| 02 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS | 8.863,75 | 1,71% |
| 03 | MOVIMENTO DE TERRA | 27.942,36 | 5,39% |
| 04 | ESTRUTURAS | 129.655,02 | 25,02% |
| 05 | PAREDES E PAINÉIS | 14.563,74 | 2,81% |
| 06 | ESQUADRIAS DE MADEIRA | 4.593,56 | 0,89% |
| 07 | ESQUADRIAS METÁLICAS | 28.382,04 | 5,48% |
| 08 | VIDROS E ESPELHOS | 3.573,58 | 0,69% |
| 09 | COBERTURA | 55.158,31 | 10,65% |
| 10 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 18.324,97 | 3,54% |
| 11 | TETOS E FORROS | 1.607,15 | 0,31% |
| 12 | REVESTIMENTO DE PAREDES | 28.975,63 | 5,59% |
| 13 | PISOS INTERNOS E EXTERNOS | 6.146,09 | 1,19% |
| 14 | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS | 14.009,86 | 2,70% |
| 15 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 27.675,11 | 5,34% |
| 16 | OUTRAS INSTALAÇÕES | 6.204,50 | 1,20% |
| 17 | APARELHOS HIDROSSANITÁRIOS | 16.783,92 | 3,24% |
| 18 | EQUIPAMENTOS | 6.610,45 | 1,28% |
| 19 | PINTURAS | 16.664,70 | 3,22% |
| 20 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS | 7.408,10 | 1,43% |
| 21 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES INTERNOS | 8.986,08 | 1,73% |
| 22 | TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA | 789,05 | 0,15% |
|  | **SUBTOTAL OBRA** | 435.656,49 | 84,08% |
| 01 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (01 UNIDADE DE CANTEIRO DE OBRAS) | 28.694,12 | 5,54% |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | 53.775,91 | 10,38% |
|  | TOTAL | 82.470,03 | 15,92% |
|  | **SUBTOTAL CANTEIRO DE OBRA** | **518.126,52** | **100,00%** |
| 01 | EQUIPAMENTOS |  |  |
| 01.01 | EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO COZINHA E SALÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA | 35.995,54 | 58,15% |
| 01.02 | EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DOS CONCESSIONÁRIOS | 8.753,88 | 14,14% |
| 02 | COMUNICAÇÃO VISUAL |  |  |
| 02.01 | TÓTEM, PAINEIS, LETREIROS | 17.156,00 | 27,71% |
|  | **SUBTOTAL EQUIPAMENTOS** | **61.905,42** | **100,00%** |
|  | **TOTAL GERAL** | **R$ 580.031,94** |  |

4.7. O valor da OUTORGA será o correspondente ao estimado para construção do quiosque, conforme indicado no item 4.13 do Termo de Referência, juntamente com o valor previsto a título de atendimento ao Termo de Adesão de Gestão das Praias, previsto no item 5.1.1 do Termo de Referência.

4.8. A concessão da outorga não isenta a licitante do pagamento de outras obrigações previstas em Lei, tais como impostos e taxas incidentes sobre o imóvel.

1. **DO PRAZO DA CONCESSÃO DE USO**

5.1. A Concessão de Uso Resolúvel será outorgada, de forma onerosa, mediante contrato, exclusivamente para fins de exploração comercial de gêneros alimentícios e congêneres no quiosque a ser construído por conta e risco da Licitante.

5.1.1. Conforme consta no Termo de Adesão de Gestão das Praias, cláusula sétima, II, b, a concessão onerosa é devida pelo particular anualmente, o montante de 2%, da Planta de Valores Genéricos (PGV Municipal) da respectiva área, a cada metro quadrado concedido do empreendimento, correspondente ao valor atual de R$ 5.713,99 (cinco mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos) conforme tabela de referência data base 2019.

5.1.2. Considerando que o investimento de construção dos quiosques reverterá em propriedade do Município, a cobrança pela concessão onerosa será iniciada no prazo de 60 (sessenta) meses contados da concessão do habite-se.

5.2. A vigência da concessão de uso será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por até igual período, se atender ao interesse público, bem como podendo ser revogada em caso do não cumprimento das obrigações e deveres constantes neste instrumento ou no contrato de Concessão e demais legislações vigentes que sejam pertinentes ao objeto desta licitação.

5.3. O Contrato de Concessão de Uso Resolúvel para utilização de espaço público será formalizado de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93, Lei nº 8987/95, com a observância do Termo de Adesão de Gestão das Praias, da Legislação Sanitária, do Código de Posturas Municipal e das recomendações constantes no Caderno de Especificações Técnicas no que couber e, sem prejuízo das alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

**6. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Os interessados em participar do certame poderão vistoriar os locais onde serão executadas as obras de construção do quiosque, com fins de conhecimento prévio da localização e características da área, inteirando-se das suas condições técnicas locais e da complexidade, obtendo assim, o Atestado de Vistoriaque será expedido por servidor competente.

**6.2.** Para realização da visita técnica os interessados deverão agendar antecipadamente dia e horário no Setor CPL SEMAD , Telefone de contato: **(27) 3149-7961**, que designará data e horário, bem como um servidor participante da comissão técnica de assessoramento para análise e julgamento das propostas técnicas para acompanhá-los até o local, o qual expedirá o respectivo atestado de vistoria em nome do interessado.

**6.3.** A visita técnica poderá ser realizada até o dia 10/10/2019 pelo interessado, que deverá apresentar no ato da visita o termo de credenciamento/autorização e documento de identidade com foto.

**6.4.** É vedada a realização de visita técnica por mais de um representante de licitante no mesmo dia e horário, cabendo ao servidor municipal responsável pelo agendamento e/ou realização da visita administrar a efetivação das visitas de modo que não haja simultaneidade na sua ocorrência.

**6.5.** As licitantes que optarem por não realizar a vistoria do local da construção do quiosque deverão apresentar a Declaração Própria, declarando que optaram por não realizar a vistoria técnica no local da obra de construção do quiosque, e que possuem ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e dos locais que envolvem a execução do objeto, comprometendo-se, se vencedora, a executar o objeto para o qual foi vencedora, conforme modelo anexo.

**6.6.** O Atestado de Vistoria ou a Declaração Própria,citados acima, deverão ser apresentados no dia da sessão da licitação dentro do envelope de habilitação, como requisito de habilitação técnica.

**6.7.** Não será admitida, posteriormente, qualquer alegação por parte das empresas participantes e da vencedora, de eventual desconhecimento quanto às condições locais para a execução do objeto, tenha sido realizado ou não a vistoria técnica do local da obra.

**6.8.** É de exclusiva responsabilidade do licitante, a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão na verificação do local de instalação e execução da obra.

**7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** Poderão participar do certame licitatório, empresas ou consórcio de empresas que atendam o objeto e exigências do edital, cujo ramo de atividade seja pertinente guardando correlação com a exploração comercial de gêneros alimentar e congêneres, que estejam regularmente instaladas no País.

**7.2.** As licitantes, no momento da assinatura do contrato, deverão comprovar o aporte financeiro necessário para construção da unidade concedida, de acordo com os critérios definidos no Termo de Referência, sob pena de perda do direito de concessão.

**7.3**. Será permitido ao licitante concorrer a mais de unidade de imóvel previsto no item 4.13 do Termo de Referência, entretanto NÃO será concedido mais de uma concessão de uso resolúvel para o mesmo licitante.

**7.4.** Classificados os licitantes, a definição da unidade do imóvel concedida será realizada através de sorteio em sessão pública, conforme previsto no item 09 do Termo de Referência.

**7.4.1.** Após a realização do sorteio e a definição da unidade do imóvel, não poderá ser realizada permuta entre os licitantes, considerando que, uma vez concedida, a unidade se torna intransferível.

**7.5.** É vedada a participação:

a) de pessoas físicas, Microempreendedores individuais (MEI), cujo aporte financeiro e ou atividade não se compatibilize com a natureza e o vulto econômico que demanda o objeto a ser contratado;

b) de empresa cujos sócios, administradores, empregados, responsável técnico e/ou controladores sejam servidores do Município de Vila Velha;

c) daqueles que se enquadrem nas restrições do artigo 9º da Lei 8.666/93;

d) empresa declarada inidônea pela Administração Pública Direta e/ou Indireta de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com a Concedente;

f) de empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País;

g) de empresa que se encontrem sob processo de dissolução ou liquidação;

h) de empresa, cujos atos constitutivos (estatuto ou contrato social) não incluam o objeto de execução do contrato de concessão, salvo na condição de consorciado em que uma das consorciadas detenha a qualificação.

**7.6.** A observação das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitanteque, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

**7.7.** A participação das licitantes implica no conhecimento integral dos termos e condições do presente Edital, seus anexos, projetos, instruções técnicas, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria e todas as condições gerais e peculiaridades do objeto, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento.

**7.8.** A simples participação neste certame implica:

a) Na plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

b) No conhecimento de todas as condições e dificuldades do objeto deste certame;

c) Que a licitante vencedora se compromete a observar os prazo de início e conclusão da obra, bem como do funcionamento nos prazos estabelecidos neste edital.

**7.9.** A licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, quadros, planilhas, modelo dos documentos, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste Edital e seus Anexos.

**7.10.** Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação dos documentos e propostas serão consideradas de responsabilidade exclusiva da licitante.

**7.11.** A Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros governamentais.

**8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA TÉCNICA**

**8.1.** Os documentos **de proposta técnica e habilitação** deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes separados, opacos, lacrados e indevassáveis, os quais deverão conter na parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TECNICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - I

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º **00/2019-**

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – I

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º **00/2019 –**

**8.2. O envio da documentação por AR ou entrega presencial deverão observar as datas, horários e local definidos no item 1 deste Edital.**

**9. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE**

**9.1.** No local, data e horário fixados no preâmbulo deste Edital, a Comissão Permanente de Licitação, em sessão pública, receberá, simultaneamente, os envelopes contendo respectivamente os Documentos de Habilitação e a Proposta Técnica, devidamente lacrados, os quais serão rubricados pela CPL juntamente com os demais participantes e representantes credenciados das pessoas jurídicas.

**9.2.** As pessoas jurídicas interessadas poderão credenciar seu representante junto a CPL para intervir nas fases do procedimento licitatório, sendo obrigatória a comprovação dos poderes necessários para o exercício da representação ou credenciamento, por meio da apresentação dos documentos abaixo arrolados, **os quais devem ser apresentados fora dos envelopes**.

**9.3.** A pessoa que pretende se credenciar para representar a licitante no certame e praticar todo e qualquer ato previsto ou referente ao processamento da licitação, inclusive e especialmente, desistir do direito de recurso **deverá apresentar-se munido de documento de identidade oficial que contenha foto capaz de identificar o portador, além do documento credencial (Carta de Credenciamento).**

**9.4.** Considera-se como representante da licitante pessoa jurídica no certame, a pessoa habilitada por ela mediante estatuto/contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, carta de credenciamento, e outro documento legal equivalente em via original ou autenticada em cartório, conforme o caso, devendo ser observados os seguintes itens:

**9.5. Se representante credenciado:**

9.5.1. Tratando-se de Representante Credenciado, este deverá apresentar a Carta de Credenciamento, com procuração do signatário, a qual deve ser firmada pelo representante legal da empresa e estar devidamente acompanhada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o Ato Constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas que, por sua vez, deverá comprovar, obrigatoriamente, haver capacidade por parte do titular para a delegação ou outorga de poderes ao representante a ser credenciado.

9.5.2.A Carta de Credenciamentodo representante da licitante deverá ser elaborada observando-se omodelo do Anexo IIdeste Edital, apresentada em via original, preferencialmente, em papel timbrado/personalizado da empresa.

**9.6. Se representante legal (proprietário, sócio-gerente, dirigente ou administrador da empresa)**

9.6.1. Tratando-se de Representante Legal (Proprietário, Sócio-Gerente, Dirigente ou Administrador da empresa),deverá apresentar Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o Ato Constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos os poderes para administrar/representar a empresa, bem como, exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.6.2. Tratando-se de Diretor da empresa, deverá também apresentar a comprovação da qualidade de Diretor, nomeado ou contratado, por meio de documento hábil em via original ou autenticada em cartório, consignando poderes para assinar em nome da empresa.

9.6.3. Tratando-se de Administrador da empresadeverá também apresentar a comprovação da sua eleição, em se tratando de sociedades por ações, ou a qualidade de Administrador, por meio de documento hábil em via original ou autenticada em cartório, consignando poderes para assinar em nome da empresa.

**9.7. Se procurador**

9.7.1. Tratando-se de Procurador, deverá apresentar Instrumento de Procuração Pública ou Particular outorgada pelo signatário, do qual constem poderes específicos para representar a licitante em licitações públicas, tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura de propostas, praticar todo e qualquer ato previsto ou referente ao processamento da licitação, inclusive e especialmente de interpor recursos e desistir do direito de sua interposição.

9.7.2. A procuração deve ser firmada pelo representante legal da empresa e estar devidamente acompanhada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o Ato Constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas que, por sua vez, deverá comprovar, obrigatoriamente, haver capacidade por parte do titular para a delegação ou outorga de poderes ao procurador.

**9.8.** Caso o representante da empresa licitante não apresente os documentos de credenciamento de acordo com as condições previstas neste Edital, seus envelopes serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação, entretanto, não será reconhecida qualquer impugnação, recurso ou observação em ata, por parte do portador dos envelopes, durante a reunião ou curso do Processo Licitatório, visto que ficará impedido de se manifestar em nome da respectiva interessada em virtude de não estar credenciado.

**9.9.** Cada pessoa credenciada poderá representar apenas uma única empresa e o representante credenciado da licitante será o único admitido a intervir nas fases da licitação.

**9.10.** O credenciamento do representante da licitante junto à Comissão Permanente de Licitação implica a presunção de sua capacidade e responsabilidade legal pelos atos praticados e documentos apresentados.

**9.11.** O representante credenciado poderá ser substituído a qualquer momento, desde que tal substituição seja devidamente justificada mediante comunicação escrita da licitante, em tempo hábil, apresentando novo representante, nos mesmos termos e exigências já evidenciados neste capítulo, devendo tal substituição ser aceita pela Comissão Permanente de Licitação.

**9.12.** Os documentos elencados nestes itens deverão ser entregues em cópias autenticadas em cartório ou mediante a apresentação das respectivas vias originais, para fins de autenticação por membro da CPL no ato da sessão.

**9.13.** Caso o Ato Constitutivo, o Estatuto Social ou Contrato Social determinem que mais de uma pessoa representem, administrem ou assinem em conjunto documentos de assuntos de interesse da empresa, entender-se-á que assim deverá ser quanto às assinaturas da procuração (pública ou particular) ou a Carta de Credenciamento (Anexo II), sendo que, a falta de qualquer uma delas invalida o documento de credenciamento para os fins de participação nesta Concorrência Pública, acarretando no não credenciamento do representante.

**10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01**

**10.1.** Os proponentes deverão apresentar, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, publicação em órgão de Imprensa Oficial ou por autenticação direta pela Comissão de Licitação, quando apresentada simultaneamente a cópia e original até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos envelopes pertinentes aos documentos de habilitação, os seguintes documentos:

**10.2.HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

10.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;

10.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.2.5. Cédula de Identidade do sócio ou do representante legal, conforme o caso, devidamente autenticada em cartório ou por servidor Público desta Comissão Permanente de Licitação – CPL;

10.2.6. Caso a empresa se faça representar por terceiros, deverá apresentar instrumento procuratório público ou particular, que lhe outorgue poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame;

10.2.7. Será desclassificada a empresa cujo objeto social não contemplar o objeto de execução do contrato de concessão, salvo na condição de consorciado em que uma das consorciadas detenha a qualificação.

* 1. **REGULARIDADE FISCAL**
     1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
     2. Prova de Regularidade mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos, relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária;
     3. Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual da sede do Licitante;
     4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do Licitante;
     5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;
     6. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT, mediante a apresentação de certidão negativa.

1. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
2. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:
3. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;
4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
5. Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;
6. Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;
7. O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;
8. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação, desde que devidamente justificado.
   1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
      1. A habilitação quanto à qualificação técnica deverá ser demonstrada pelos seguintes documentos:

10.4.1.1. Atestado de Visita, caso o licitante tenha vistoriado o local onde será executada a obra de construção do quiosque, emitido através do servidor competente, comprovando que realizou a visita técnica, no local onde se realizará o objeto desta Concorrência, conforme modelo anexo;

10.4.1.2. Declaração Própria para aqueles licitantes que optarem por não realizar a vistoria técnica no local da obra de construção do quiosque, declarando ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto, comprometendo-se, se vencedora, a executar o objeto para o qual foi vencedora, conforme modelo anexo;

10.4.1.3. Apresentação de Declaração de Disponibilidade, de que a licitante disporá de forma direta ou em regime de contrato todo o suporte para realização das obras, tais como, máquinas, materiais e todo o aparelhamento necessário para a obra de construção do quiosque e da prestação dos serviços, conforme modelo anexo;

10.4.1.4. Apresentação de Declaração de Responsabilidade, com a indicação e anuência do(s) profissional(ais) que atuarão como responsável(eis) técnico(s), engenheiro civil ou arquiteto, na direção e execução dos trabalhos de construção do quiosque até a sua inteira conclusão, podendo ser realizada substituição do responsável desde que detenha a mesma qualificação técnica comprovada pelo indicado na ocasião da licitação, conforme modelo anexo.

10.4.1.5. Declaração de indicação de prioridade, indicando o setor de preferência entre os Setores 1 e/ou 2 e/ou 3 e/ou 4, não sendo necessário obedecer a ordem numérica para indicação da preferência, mas limitando-se aos setores estabelecidos na planta de localização dos quiosques que integra o Edital, conforme modelo anexo.

1. O profissional indicado no subitem anterior deverá ser detentor de Atestado(s) de capacidade técnico-profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e acompanhado(s) do(s) respectivo(s) acervo(s) técnico(s), demonstrando que o(s) PROFISSIONAL(IS) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado pela licitante, tenha(m) executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com os serviços de construção previstos nesta licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas:

I - Execução de obras construção de edificação, em nome do engenheiro civil ou arquiteto, que contemplem a execução de construção de estrutura em concreto armado aparente, com área de construção mínima de 60m².

**10.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Com base no Acórdão nº 1214/2013 – TCU - Plenário e no documento disponibilizado pela ESAF – Escola de Administração Fazendária do Governo Federal, a PMVV adotou os seguintes procedimentos para comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas licitantes.

Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação do Balanço, na forma da Lei 6.404/76 e 11.638/07 cópias da publicação de:

I. Balanço Patrimonial;

II. DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;

III. Demonstração do fluxo de caixa;

IV. Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;

V. Notas explicativas do balanço.

Para outras empresas:

I. Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial ou Registro de Comércio competente;

II. DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;

III. Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, registrado na Junta Comercial ou Registro de Comércio competente.

Para empresas que sejam obrigadas a registrar seus balanços de forma eletrônica junto à Receita Federal (escrituração contábil digital - ECD), de acordo com as formalidades legais, tal documento é o exigível para fins de habilitação econômico financeira, devidamente certificado por contador registrado do Conselho de Contabilidade, com o recibo de entrega via SPED, além das notas explicativas.

O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do Termo de Abertura e de Encerramento, extraído do livro diário, registrado ou publicado, até a data de emissão da proposta escrita.

Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrativo contábil apresentado na forma abaixo, conforme o caso:

I. Publicados em órgão da imprensa oficial; ou

II. Publicados em Jornal de Grande Circulação; ou

III. Por fotocópia autenticada, devidamente registrada na Junta Comercial da sede da licitante ou órgão equivalente; ou

IV. Por fotocópia autenticada, extraída do Livro Diário, bem como dos Termos de Abertura e de Encerramento daquele livro, devidamente registrados na Junta Comercial da sede da licitante ou órgão equivalente.

Quando se tratar de empresa recém formada, que ainda não fechou o primeiro balanço anual, o balanço de abertura é o que deve ser apresentado. Caso a proponente tenha optado pelo regime de tributação com base no lucro presumido, previsto no Art. 13, da Lei nº 8.541/92, não mantendo escrituração contábil, deverá anexar cópia da Declaração Simplificada de Rendimento e Informações apresentada à Receita Federal e do Livro de Registro de Inventário relativos ao último exercício social exigível, em substituição ao balanço patrimonial.

A empresa que esteve inativa no ano anterior deverá apresentar cópia da Declaração de Inatividade entregue a Receita Federal.

Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

1. As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

*i) Índice de Liquidez Geral:*

ILG = (AC + RLP)

(PC + PNC)

Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;

RLP – Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante[[1]](#footnote-1)\*;

*ii) Índice de Solvência Geral:*

ISG = AT

PC + PNC

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;

AT – Ativo Total;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante[[2]](#footnote-2)\*;

*iii) Índice de Liquidez Corrente:*

ILC = AC

PC

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;

AC – Ativo Circulante;

PC – Passivo Circulante.

* + 1. Junto com a comprovação dos índices referidos acima, os licitantes deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo para fins de habilitação, na forma dos §§ 2 º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do imóvel a ser construído, conforme classificação por grupo constante no item 4.13, no valor referencial de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos).
    2. No caso de consórcio, deverá haver a demonstração de cada consorciado do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste Edital, admitindo-se o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

OBS: A comprovação de capital social ou patrimônio líquido será realizada através do Contrato Social e alterações ou sua consolidação, atualizado e registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente da Sede do Licitante, ou Certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão equivalente.

* + 1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica, e quando se tratar de Sociedade Simples apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 60 (sessenta) dias de sua emissão, quando não for expresso sua validade.

I. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverão ser cumpridos, por meio da documentação apropriada constante no envelope de habilitação, os seguintes requisitos, cumulativamente:

* 1. Cumprimento de todos os demais requisitos de habilitação constantes neste Edital;
  2. Sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

**10.6.** Será exigida das empresas licitantes garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação – Art. 31, III, da Lei 8.666/93, ou seja, conforme classificação por grupo constante no item 4.13, no valor referencial de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), podendo as empresas optarem por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro, que deverá ser recolhida aos cofres do município através de depósito identificado na conta bancária: Banco 001 – Banco do Brasil, Agência 1240-8, Conta Corrente 173.700-7 – Prefeitura Municipal de Vila Velha/Caução, até 01 dia útil anterior à data estipulada para abertura da licitação;

b) títulos da dívida pública;

c) seguro garantia ou fiança bancária.

10.6.1. O comprovante da garantia deverá estar dentro do envelope de habilitação.

10.6.2. A garantia da proposta será devolvida no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, tanto para o licitante vencedor quanto para os demais.

10.7. A Comissão Permanente de Licitação verificará, ainda, juntamente com os documentos acima elencados dentro do envelope de Documentação de Habilitação, sob pena de inabilitação das licitantes os seguintes documentos:

**10.8.** Declaração de aporte financeiro necessário para a construção da unidade concedida, no valor mínimo de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), conforme modelo anexo.

**10.9. Declaração de deter aporte financeiro necessário para a construção da unidade concedida**, no momento da assinatura do contrato, no valor mínimo de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), que deverá ser comprovado através de extrato de depósito bancário, carta fiança, seguro garantia, ou documento equivalente, emitido por instituição oficial, em seu nome e/ou do consórcio;

19.9.1. Declaração expressa da licitante de que não possui Vínculo Empregatício com o Município, conforme modelo anexo.

**11. DA PROPOSTA TÉCNICA**

* 1. Será declarado vencedor do certame o proponente que, além de cumprir todas as exigências referentes à concessão, habilitação, oferecer a **MELHOR PROPOSTA TÉCNICA – MPT,** cujas condições seguem dispostas abaixo.
  2. Serão classificados os proponentes que obtiverem a MELHOR PROPOSTA TÉCNICA – MPT, ou seja, a licitante que obtiver maior pontuação final da proposta técnica, dentre as 20 (vinte) melhores notas de pontuação, cuja definição do imóvel será realizada por meio de sorteio.
  3. O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das Propostas Técnica (NPT), levará em consideração a pontuação relativa aos 04 (quatro) requisitos técnicos mínimos descritos abaixo, totalizando 10 (dez) pontos, subdivididos da seguinte forma:

**Pontuação da proposta técnica**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DISCRIMINAÇÃO** | **PONTUAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA** | **PESO** | **PONTUAÇÃO PARA NOTA GLOBAL** |
| **01** | **Tempo de experiência com quiosque, restaurantes e/ou similares** | **3** | **1,75** | **5,25** |
| **02** | **Tempo de atividade de quiosque na Orla de Itaparica** | **3** | **0,75** | **2,25** |
| **03** | **Comprovação de atividade atual de quiosque na Orla de Itaparica** | **1** | **1** | **1,0** |
| **04** | **Curso de capacitação** | **2** | **1** | **2,00** |
| **PONTUAÇÃO TOTAL PROPOSTA TÉCNICA** | |  |  | **10 Pontos** |

* 1. O cálculo para obtenção da Nota dos ITENS será realizado da seguinte forma:
     1. Cada “ITEM” será composto de subitens (1, 2, 3, etc.) que depois de avaliados, terão suas notas multiplicadas pelos “PESOS CORRESPONDENTES” e, posteriormente somadas, totalizando, no máximo, 10 pontos para cada “ITEM”, conforme tabelas abaixo.

|  |
| --- |
| **NOTA: SUBITEM 1 x (PESO DO SUBITEM 1) + SUBITEM 2 x (PESO DO SUBITEM 2) + SUBITEM 3 x (PESO DO SUBITEM 3) + SUBITEM 4 x (PESO DO SUBITEM 4) = 10 PONTOS** |

* + 1. Os proponentes serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida, sendo distribuídos, para tanto, 10 (DEZ) pontos, observados os seguintes critérios:

1. Tempo de experiência com quiosque, sendo comprovado através de declaração ou certidão do órgão público sede do quiosque onde exerce a atividade, através de Secretaria Municipal ou órgão municipal afeto ou Departamento gestor da orla, que ateste o tempo de experiência;
2. Instalação na orla de Itaparica, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tempo de experiência** | **Em quiosque** | **Instalação na orla de Itaparica** |
| Menos de 05 anos | 0,5 | 0,5 |
| De 05 anos e um dia a 10 anos | 1,0 | 1,0 |
| De 10 anos e um dia a 15 anos | 1,5 | 1,5 |
| De 15 anos e um dia a 20 anos | 2,0 | 2,0 |
| De 20 anos e um dia a 25 anos | 2,5 | 2,5 |
| Mais de 25 anos | 3,0 | 3,0 |

1. Comprovação de atividade atual na Orla de Itaparica na condição de quiosqueiro, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Comprovação de atividade atual de quiosque na Orla de Itaparica** | **Pontuação** |
| Comprovação que atualmente está exercendo atividade de quiosqueiro na orla de Coqueiral de Itaparica | 1,0 |
| **Total** | **1,0 ponto** |

1. Comprovação de atividade atual na Orla de Itaparica, sendo comprovado através de autorização de funcionamento emitido pela fiscalização de posturas e/ou declaração da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsáveis pela gestão da orla.
2. Curso de capacitação com o mínimo de 08 horas a ser comprovado mediante apresentação de certificado, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Curso de capacitação** | **Pontuação** |
| Boas práticas de manipulação de alimentos | 1,0 |
| Qualidade no atendimento e/ou qualidade no atendimento ao turista | 1,0 |
| **Total** | **2,0 pontos** |

* 1. Em caso de empate, o desempate deverá ocorrer considerando como primeiro critério o maior tempo de instalação na orla de Itaparica e o segundo, o maior tempo de experiência com quiosque, mantendo-se o empate, será efetuado o sorteio.
  2. Por ocasião da publicação do edital da concessão será nomeada comissão técnica de assessoramento para análise e julgamento das propostas técnicas e para realização da sessão de sorteio visando ocupação das unidades.

**12.** **DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**12.1.** No dia marcado neste edital, os envelopes serão abertos com chamada das licitantes e anotação em ata dos representantes presentes.

**12.2.** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado da licitação, ressalvadas aquelas expressamente admitidas neste Edital, nem admitidos à licitação os proponentes retardatários.

**12.3.** Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão, permitindo-se aos interessados o exame no local dos Envelopes abertos.

**12.4.** A abertura de todos os envelopes será realizada no local definido neste edital, devendo a Comissão de Licitação lavrar atas circunstanciadas, registrando todos os atos praticados no decorrer da licitação, que serão assinados pelos licitantes presentes e todos os membros da comissão, ficando os documentos à disposição dos licitantes para exame.

**12.5.** O resultado da análise dos documentos de habilitação será comunicado aos licitantes após o encerramento dessa primeira fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes ou por meio de publicação na Imprensa Oficial.

**12.6.** A habilitação do licitante vencedor que se declarar cadastrado no CRC/VV, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pela CPL.

12.6.1. Estando dentro da validade o cadastro do licitante junto ao CRC/VV, mas algum documento apresentado já estiver vencido, este deverá ser apresentado no Envelope de Habilitação a fim de comprovar sua regularidade habilitatória, observada a hipótese prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

**12.7.** Havendo renúncia expressa de todos os licitantes a qualquer recurso contra o julgamento da fase de habilitação, os envelopes com as Propostas Técnicas serão abertos imediatamente após encerrados os procedimentos relativos à Habilitação. Caso contrário, a comissão de licitação marcará nova data para abertura.

12.7.1. Os envelopes “Proposta Técnica” dos licitantes inabilitados serão devolvidos aos respectivos proponentes fechados, desde que, decorrido o prazo legal, não tenha sido interposto recurso, ou após sua denegação.

**12.8.** É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a criação de exigência não prevista no edital.

**12.9.** Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação.

**12.10.** É vedada a participação de uma única pessoa como representante de mais de um licitante.

**12.11.** Não cabe desistência de proposta durante o processo licitatório, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**12.12.** Os envelopes dos licitantes ficarão sob a responsabilidade da Comissão de Licitação até sua devolução.

**12.13.** Qualquer licitante, através de seu representante legal, poderá fazer constar em ata suas reclamações, ficando a critério dos membros da comissão acatá-las ou não, considerando não possuírem estas efeito de recurso, que deve obedecer ao procedimento apropriado.

**12.14.** Ocorrendo a inabilitação de todos os licitantes ou a desclassificação de todas as propostas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas ou nova documentação.

**13. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E SORTEIO DAS UNIDADES**

**13.1.** Serão abertos os envelopes de propostas das licitantes devidamente habilitadas.

**13.2.** O julgamento desta licitação será feito pelo critério de MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, sendo classificadas as 20 (vinte) melhores propostas técnicas.

**13.3.** A definição da localização do imóvel a ser concedido aos vencededores será realizada por meio de sorteio relativamente ao respectivo setor concorrido.

**13.5.** Na apreciação da documentação de habilitação e da proposta técnica a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

* 1. O objeto desta Concorrência Pública será adjudicado, na sua totalidade, aos 20 licitantes considerados vencedores, sendo :

a) Setor 01: com 03 quiosques;

b) Setor 02: com 04 quiosques;

c) Setor 03: com 10 quiosques;

d) Setor 04: com 03 quiosques.

* 1. Serão desclassificadas as propostas que :

I - Não atenderem às exigências e requisitos deste Edital;

II - Não se refiram à integralidade do objeto;

III - Estejam incompletas, incompatíveis, apresentem emendas, rasuras, entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado.

**13.8.** Caso a Comissão julgue necessária, poderá suspender a reunião para analisar as propostas e julgar sua classificação, marcando nova data e horário em que voltará a reunir-se para dar continuidade ao certame.

* 1. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que sejam julgadas.

1. **DO SORTEIO PARA DEFINIÇÃO DAS 20 OCUPAÇÕES DE UNIDADE DE IMOVEL** 
   1. Classificados os licitantes, a definição da unidade do imóvel concedida será realizada através de sorteio em Sessão Pública.
   2. Considerando que o projeto de edificação de quiosques na Orla de Itaparica se limita a 20 (vinte) unidades serão convocados para a sessão de sorteio os 20 (vinte) primeiros classificados na ordem de sua classificação decorrente do processo licitatório.
   3. Os 20 (vinte) quiosques a serem edificados estão distribuídos pela Orla e subdivididos em 4 (quatro) setores, conforme planta de localização dos quiosques que integra o Edital, ou seja, setor 01, setor 02, setor 03 e setor 04.
   4. Para fins de zoneamento fica assim definido:

a) Setor 01: Do início da Rua Manaus até a Rua Deolindo Perim, possuindo 03 quiosques;

b) Setor 02: Do início da Rua Deolindo Perim até a Rua Prof. Augusto Ruschi, possuindo 04 quiosques;

c) Setor 03: Do início da Rua Prof. Augusto Ruschi até a Rua Dr. Gilson Santos, possuindo 10 quiosques;

d) Setor 04: Do início da Rua Dr. Gilson Santos até a Rua Itaoca, possuindo 03 quiosques.

* 1. Cada concorrente deverá indicar em sua proposta qual a ordem de prioridade de setor para o sorteio dos quiosques. A indicação de prioridade deve constar de declaração apresentada no envelope de proposta técnica, devendo ser indicado o setor de preferência, entre os Setores 1 e/ou 2 e/ou 3 e/ou 4, não sendo necessário obedecer a ordem numérica para indicação da preferência, mas limitando-se aos setores estabelecidos na planta de localização dos quiosques que integra o Edital.

a) O modelo da “declaração de preferência para sorteio” segue anexo a este Termo de Referência. De tal forma que, o concorrente possa indicar a ordem dos setores de preferência, até o limite de 04.

* 1. O licitante tem liberdade para indicar os setores para os quais deseja concorrer, sendo de seu direito indicar até 04 setores, devendo constar expressamente da declaração o setor ou setores para os quais deseja concorrer. A ausência de indicação do setor, impede ao licitante de concorrer para o zoneamento do setor não indicado.
  2. A data, hora e local de realização da sessão de sorteio será definida pela Comissão Permanente de Licitação que for responsável pela realização do processo licitatório.
  3. O sorteio dos setores serão realizados pela seguinte ordem:

a) **Setor 01:** o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 01 como primeira prioridade, até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade, e assim por diante.

b) **Setor 02:** o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 02 como sua primeira prioridade até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade e assim por diante.

c) **Setor 03:** o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 03 como sua primeira prioridade até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade e assim por diante.

d) **Setor 04:** o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 04 como sua primeira prioridade até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade e assim por diante.

**OBS: Será permitida a indicação de apenas 01 setor por prioridade.**

* 1. À medida em que o licitante for contemplado no sorteio, observada sua ordem de preferência, automaticamente ele estará fora dos sorteios seguintes.
  2. Uma vez contemplado no sorteio o participante não poderá renunciar a unidade sorteada com a qual ele foi contemplado, sob pena de perda do direito a concessão do imóvel.O direito a unidade sorteada é intrasferível.
  3. Os sorteios serão realizados na ordem sucessiva acima indicada, até que todas as 20 unidades de quiosques sejam sorteadas, ressalvado se, na declaração de indicação de preferência o licitante registrar que, caso não seja sorteado em sua primeira ou segunda ou terceira indicação de preferência, não deseja participar dos demais sorteios.
  4. No dia designado para realização do sorteio, o licitante deverá comparecer à sessão de sorteio pessoalmente ou por meio de representante legalmente constituído por procuração, com poderes para firmar compromissos ou declarar desistência.
  5. O licitante que faltar e não indicar representante legal para participar da sessão de sorteio será automaticamente desclassificado, devendo a ausência ser registrada na ata da sessão de sorteio, como desistência.
  6. Após a realização dos sorteio de todas as prioridades em havendo unidades de quiosques remanescentes o Município se reserva o direito de convocar os demais licitantes classificados e realizar novo sorteio até que se proceda o preenchimento de todas as unidades disponibilizadas.
  7. A sessão de sorteio será pública e as ocorrências registradas em ata a ser elaborada e formada pela Comissão responsável pelo processo licitatório, especialmente quanto ao comparecimento dos licitantes, o resultado de cada rodada de sorteio assim como a ocorrência ou não de eventuais desistências que poderão ser verificadas durante a sessão.

1. **DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO**

**15.1**. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**15.2.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

**15.3.** A SEMAD poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, §1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

**15.4.** No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do pacto.

**15.5.** Para efetivar a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de situação regular junto à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

**15.6.** O licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, garantido o direito à notificação prévia e à ampla defesa, ficará sujeito a aplicação das sanções previstas no Decreto Municipal nº 201/2015, juntamente com a Lei nº 8.666/93.

1. **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS NA LICITAÇÃO**

**16.1.** Os atos administrativos praticados no processo licitatório estarão sujeitos à interposição de recurso, nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93 e inciso XXXIV do Art. 5º da Constituição Federal, que deverá ser protocolado no endereço mencionado neste Edital.

**16.2.** Dos atos da Administração referentes a esta licitação cabem:

16.2.1. Recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

* 1. Habilitação ou inabilitação do licitante;
  2. Julgamento das propostas;
  3. Anulação ou revogação da licitação;
  4. Aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**16.3.** A comunicação dos atos referidos no subitem 15.2.1, alíneas "a", “b” e “c” será feita através da publicação na Imprensa Oficial, salvo para os casos previstos na letra "a" e “b”, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrado em ata.

* 1. A comunicação e o procedimento de aplicação das penalidades observarão o que disposto no Decreto Municipal nº 201/2015.
  2. O recurso previsto nas alíneas "a", "b" e “d” no subitem 15.2.1 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.
  3. Os recursos interpostos serão comunicados aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
  4. As decisões atinentes ao procedimento da licitação, referidas nas alíneas “a” e “b”, serão decididas pela Comissão de Licitação, sendo os eventuais recursos delas decorrentes dirigidos à própria Comissão de Licitação, podendo reconsiderar ou, sendo mantida a decisão, encaminhar para análise da autoridade competente da SEMAD.
  5. As decisões referidas nas alíneas “c” e “d” serão decididas pela autoridade competente da SEMAD, sendo os eventuais recursos delas decorrentes dirigidos à própria autoridade competente da SEMAD, podendo reconsiderar.

1. **DAS PENALIDADES**

**17.1.** Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente, a LICITANTE sujeitar-se-á ao disposto no Decreto Municipal nº 201/2015 e Arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

1. **DA FORMALIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**18.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de Instrumento Contratual cuja minuta é parte integrante deste Edital como Anexo XI.

**18.2.** Após a homologação do procedimento licitatório, o representante legal da adjudicatária será convocado para assinar o respectivo contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**18.3.** Após assinatura do Contrato, a licitante ficará obrigada aos termos nele constantes que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 8987/95 e atualizações pertinentes.

**18.4.** Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa por escrito e aceita pelo Gestor da Pasta, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 201/2015.

**18.4.1.** Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, é facultado à Administração mediante convocação, adjudicar o objeto desta licitação à licitante remanescente, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, podendo optar por revogar esta licitação nos termos do art. 64, § 2º da Lei nº 8.666/93.

**18.5.** A licitante deverá indicar, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) Preposto qualificado para representá-la perante a Administração e para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, devendo este Preposto responder por todos os assuntos relativos ao contrato, conforme modelo no Anexo XII deste Edital.

18.5.1. O Preposto deverá possuir o conhecimento e a capacidade necessária para responder pela licitante, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado à concessão.

**18.6.** Sem prejuízo ao controle de qualidade da própria CONCESSIONÁRIA, a fiscalização da execução da obra será acompanhada por representantes da Administração em todas as suas fases, podendo agir amplamente para garantia da execução regular do projeto das intervenções, nas condições contratadas a fim de garantir o cumprimento integral do projeto.

**18.7.** A execução da obra de construção da edificação comercial (quiosque) conforme projeto detalhado e planilha orçamentária disponibilizada pela PMVV será acompanhada por representante da PMVV/SEMOB, assim designado nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução dos serviços conforme projeto executivo e normas técnicas vigentes e o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias..

1. **DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**19.1** O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93*.*

**19.2.** A concessão da prestação de serviços será extinta em casos de advento do termo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da empresa concessionária, extinção do consórcio licitante, e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, observando o disposto nos Arts. 35 a 39 da Lei 8987/95.

**19.3.** Extinta a concessão, por ordem do CONCEDENTE antes do prazo mínimo de 20(anos), caso a empresa concessionária não tenha dado causa ao ato, a CONCEDENTE procederá os levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA.

**19.4.** A caducidade será declarada nas hipótese do art. 38, §1º, I a VII da Lei 8987/95.

**19.5.** O contrato de concessão poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, bem como em razão de eventual rescisão ou revogação do Termo de Adesão de Gestão das Praias, cabendo, nesta hipótese, ao município as indenizações devidas (cláusula sétima, §7º do Termo de Adesão).

**19.5.1.** Em caso de rescisão ou revogação do Termo de Adesão de Gestão das Praias, o contrato poderá ser sub-rogado à União por meio de aditivo (cláusula sétima, §8º do Termo de Adesão).

**19.6.** Extinta a concessão, retornam ao poder CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao CONCESSIONÁRIO conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

**19. 7. DA REVERSÃO**

**19.7.1.** Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, os imóveis concedidos, na ocorrência de qualquer dos fatos a seguir mencionados, e sem direito a indenização:

I - não forem utilizados em conformidade com a sua finalidade;

II - não iniciar a obra ou atividade no prazo ajustado;

III – extinção do consórcio quando este for beneficiário da concessão;

IV- quando o concessionário solicitar a extinção da concessão.

**20. DAS OBRIGAÇÕES**

**20.1.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e deste Edital, as partes devem observar as obrigações descritas no Caderno Técnico, Termo de Referência e no Contrato de Concessão de Uso, Anexos I e XI.

**21. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**21.1**. Os procedimentos relativos à execução e ao recebimento da obra de construção do quiosque encontram-se previstos no Termo de Referência-Anexo I deste Edital e na Minuta do Contrato – Anexo XI deste Edital.

**21.2.** A Administração, através de Órgão Competente, realizará efetiva fiscalização para acompanhar e constatar a perfeita execução da obra de construção dos quiosques, bem como, o devido cumprimento dos projetos, das especificações, das Normas Brasileiras e das posturas municipais.

**21.3.** A licitante, com relação à exploração dos serviços, deverá cumprir, obrigatoriamente, todas as especificações técnicas e demais obrigações dispostas no Termo de Referência e caderno de especificações técnicas.

**21.4.** Como condição para assinatura do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de trabalho com detalhamento proposto do plano de intervenções, cronograma, estratégia de atuação, mobilizações e desmobilizações, modelo gerencial, detalhamento das fases, ou seja, todos os aspectos que envolvem o planejamento e a realização das obras.

**22. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS EMPREGADOS E INSTALADOS**

22.1.16.1. A concessionária responsabilizar-se pelos vícios ou defeitos dos serviços, materiais, equipamentos e mobiliários instalados, conforme dispõe o item 12 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**23.2.** É facultado à comissão ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**23.3.** No caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

**23.4.** Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela comissão, sob pena de desclassificação.

**23.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**23.6.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial.

**23.8**. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**23.9.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**23.10.** A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº. 8.666/93.

**23.11.** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

**23.12.** Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

**23.13.** Poderão ser convidados a colaborar com a comissão, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, integrantes ou não dos quadros da administração pública municipal, desde que não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes.

**23.14**. Caso as datas designadas para realização deste certame recaiam em dia não útil, e não havendo retificação de convocação, será o procedimento realizado no primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e horário previstos.

**23.15.** Quem quiser se fazer representar deverá apresentar Carta Credencial conforme modelo constante no ANEXO II deste Edital, indicando representante legal para fins de Licitação.

**23.16.** Fazem parte integrante e inseparável do presente Edital de CONCORRÊNCIA todos os seus anexos, em especial, termo de referência e projeto executivo.

**23.17.** No caso de eventual divergência entre o edital de licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

**23.18.** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o do Juízo de Vila Velha - Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, excluindo-se qualquer outro, por mais especial que seja.

Vila Velha-(ES), de de 2019.

Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO PRÓPRIA

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS

ANEXO VI – INEXISTÊNCIA FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 27, V DA LEI 8666/93

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE APORTE FINANCEIRO

ANEXO IX – DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI VÍNCULO COM O MUNICÍPIO

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO XI – MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO

ANEXO XII – INDICAÇÃO DE PRIORIDADE DE SETOR

**ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONCORRÊNCIA, DO TIPO MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, VISANDO À CONCESSÃO DE USO RESOLÚVEL E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO, À TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA PÚBLICA DE USO COMUM, PRECEDIDA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUE, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES E CONVENIÊNCIAS DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DA ORLA DA PRAIA DE ITAPARICA, CONFORME DETALHADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1. OBJETIVOS
   1. Concorrência Pública visando a seleção de concessionários para construção, exploração de serviço comercial dos quiosques localizados na Praia de Itaparica, com a atribuição de encargos relacionados à construção, à gestão de serviços, incluindo o desenvolvimento, a implantação, a comercialização, a manutenção dos estabelecimentos, para atendimento das necessidades e conveniências de consumo dos usuários da orla da Praia de Itaparica, conforme Projeto Executivo de Requalificação elaborado pela Administração Municipal, em razão de ordem judicial originada da Ação Civil Pública nº 0007521-792013.4.02.5001 que tramitou na 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santos a fim de dar cumprimento a ação de demolição dos quiosques e construção de novos estabelecimentos, de acordo com as novas determinações legais e padrão aprovado em Audiência Pública, mediante concessão de uso resolúvel do Poder Público Municipal para utilização de Área Pública Comum, conforme termo de adesão à gestão das praias, cláusula sétima, II, b, realizado entre o município de Vila Velha e a SPU, nos termos do art. 14 da Lei Federal 13.240/2015.
2. JUSTIFICATIVA
   1. O Município de Vila Velha tem como uma das diretrizes do planejamento urbanístico da cidade até o fim da atual gestão - 2020, a realização do Projeto Executivo de Requalificação dos quiosques da orla de Itaparica.
   2. Em decorrência da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0007521-792013.4.02.5001, interposta pelo Ministério Público Federal, e da execução da sentença homologada, o Município terá que demolir todos os quiosques da orla de Itaparica, iniciando as demolições em 01.11.2019 e findando em 30.08.2020, sendo permitido neste interregno, a construção de 20 novos quiosques.
   3. Assim, os representantes da Administração, considerando que a demolição imediata dos quiosques traria repercussão negativa do ponto de vista econômico, social e turístico ao Município, apresentaram proposta de “acordo” para implantação do projeto de requalificação da orla, em face do cumprimento da ordem de execução judicial para demolição dos quiosques.
   4. Desta feita, cumprindo a decisão homologatória em juízo, cuja obrigação é de licitar, a concorrência pública é para seleção dos futuros concessionários de uso de espaços públicos para construção, exploração comercial dos quiosques localizados na Praia de Itaparica visando oferecer à população novas opções de lazer e turismo, com qualidade e infraestrutura adequadas; ampliar a convivência e ambiência urbana da cidade e fomentar o turismo, respeitando o meio ambiente local.
   5. O projeto tem a finalidade de tornar os locais ainda mais atrativos aos usuários, bem como objetiva incrementar a atividade turística e econômica, além de valorizar os estabelecimentos e seus respectivos clientes.
   6. O critério de julgamento
      1. O critério de julgamento adotado para a presente licitação será o de MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, com preço fixado no edital, consonante ao disposto no art. 15, inc. IV da Lei 8987/95.
   7. Participação em Consórcio
      1. Será permitida a participação de empresas reunidas em Consórcio, desde que atendidas as condições previstas no art. 19 da Lei nº 8987/95, que deverão ser comprovadas no momento da habilitação jurídica.
      2. A permissão de consórcio para esta concorrência visa ampliar a competitividade e garantir que empresas que tenham interesse em participar, mas não possuem expertise compatível com o objeto desta concessão ou ainda aporte financeiro, possam se unir com a finalidade de participar da licitação e/ou para executar o contrato.
   8. Pontuação Técnica

3.8.1. É importante salientar que o critério de pontuação adotado visa fomentar a economia e o turismo local garantindo qualidade na prestação dos serviços aos munícipes e turistas, ao avaliar a experiência e qualificação no exercício da atividade comercial em quiosques e correlatos, pontuando inclusive quesitos de boas práticas e excelência no atendimento.

* + 1. Outro critério importante a ser avaliado é a comprovação de exercício de atividade comercial em quiosques da orla de Itaparica, especialmente que visa contemplar o interesse da Administração em atenuar os impactos sociais ocasionados à população quiosqueira em razão da Decisão judicial de demolição das estruturas existentes.
    2. Não sendo os critérios adotados excludentes de participação e sim inclusivos uma vez que são critérios de pontuação e não de habilitação técnica, permitindo assim uma participação abrangente e com foco de pontuação atentando-se para o fomento da economia local, bem como, o interesse social de viabilidade para a participação de quiosqueiros da Praia de Itaparica.

1. CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

4.1. As especificações técnicas das condições e características das obras de construção dos quiosques estão dispostas no ANEXO I – deste Termo de Referência – Projeto Executivo.

4.2. O projeto aprovado prevê uso de tecnologia tradicional construtiva para execução das obras de construção do quiosque, contudo pode vir a ser proposta nova tecnologia pela concessionária desde que não impacte na concepção do projeto, em dilação do prazo previsto, bem como, prejuízo de segurança e qualidade das intervenções e resguardado o projeto arquitetônico aprovado para ser executado, sempre mediante aprovação da Prefeitura Municipal.

4.3. A Licitante deverá construir, dentro da área delimitada de Concessão, um quiosque de acordo com as especificações técnicas, croquis, planilhas, cronograma e projetos, cabendo o fornecimento de todos os equipamentos, mobiliários, ferramentas, materiais e mão de obra necessária à execução da obra e implantação dos equipamentos e mobiliários necessários ao funcionamento do quiosque, em conformidade com o termo de referência e projeto executivo.

4.4. Qualquer alteração no projeto básico somente poderá ser executada mediante aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade - SEMDU, que avaliará a solicitação junto à área técnica de Engenharia e Arquitetura.

4.5. A licitante terá o prazo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato, para apresentar o plano de construção e ocupação do quiosque, e a Administração terá o prazo sucessivo de até 10 dias para análise e aprovação do plano.

4.6. Em caso de não aprovação do plano de construção e de ocupação pela Administração, a Licitante terá o prazo de até 10 dias para readequá-lo e encaminhar para nova análise pela Administração, sob pena de aplicação de multa diária nos termos do contrato.

4.7. Autorizada a construção pelo Município, a Concessionária terá o prazo de até 30 (trinta) dias para iniciar as obras do quiosque, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato, sem qualquer direito à indenização.

4.8. A licitante se compromete a entregar a obra acabada, executada nos termos do projeto, ao Município em até 180 dias da assinatura do contrato, sob pena de multa por dia de atraso injustificado, no termos de Decreto Municipal nº 201/2015.

4.9. O não cumprimento do cronograma da obra importará em descumprimento contratual, e uma vez notificado, ensejará na aplicação das penalidades contratuais.

4.10. Concluída a obra, o Município registrará a propriedade do quiosque em Cartório para que este seja incorporado ao patrimônio Municipal.

4.11. As obras inacabadas serão incorporadas ao patrimônio público municipal, mediante indenização dos valores investidos.

4.12. A Licitante deverá informar imediatamente qualquer falha ou deficiência, constatada no projeto básico, bem como, poderá apresentar sugestões de melhoria, que serão avaliadas pela Administração, junto à área técnica de Engenharia e Arquitetura.

4.13. Serão construídos 20 (vinte) quiosques, subdivididos em 03 (três) grupos, conforme nível de implantação, considerando as fundações de cada um, o número de escadas e/ou rampa no acesso à praia, o desnível existente em relação ao calçadão, o limite de fundos de cada quiosque e seus respectivos custos, conforme projeto executivo e tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº do Quiosque (N)  Obs. A localização de cada quiosque encontra-se detalhada no projeto executivo | GRUPO | Valor da Outorga correspondente ao Investimento da Obra incluindo mobiliários e equipamentos |
| N5, N6, N7, N8, N9 e N13 | 1 - Nível 0,00 m | R$ 562.551,80 |
| N1, N4, N10, N11, N12, N15 e N19 | 2 - Nível 0,00 a 1,00 m | R$ 572.073,46 |
| N2, N3, N14, N16, N17, N18 e N20 | 3 - Nível 1,00 a 2,0m | R$ 580.031,94 |

4.14. A licitante, a fim de evitar impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra, deverá adotada medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

1. tomar medidas de segurança contra o derramamento de material poluente;
2. dispor adequadamente o lixo;
3. limpar diariamente os canteiros da obra ao término da sua execução.
4. DO PRAZO DA CONCESSÃO DE USO

5.1. A Concessão de Uso Resolúvel será outorgada, de forma onerosa, mediante contrato, exclusivamente para fins de exploração comercial de gêneros alimentícios e congêneres no quiosque a ser construído por conta e risco da Licitante.

5.1.1. Conforme consta no Termo de Adesão de Gestão das Praias, cláusula sétima, II, b, a concessão onerosa é devida pelo particular anualmente, o montante de 2%, da Planta de Valores Genéricos (PGV Municipal) da respectiva área, a cada metro quadrado concedido do empreendimento, correspondente ao valor atual de R$ 5.713,99 (cinco mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos) conforme tabela de referência data base 2019.

5.1.2. Considerando que o investimento de construção dos quiosques reverterá em propriedade do Município, a cobrança pela concessão onerosa será iniciada no prazo de 60(sessenta) meses contados da concessão do habite-se.

5.2. A vigência da concessão de uso será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por até igual período, se atender ao interesse público, bem como podendo ser revogada em caso do não cumprimento das obrigações e deveres constantes neste instrumento ou no contrato de Concessão e demais legislações vigentes que sejam pertinentes ao objeto dessa licitação.

5.3. O Contrato de Concessão de Uso Resolúvel para utilização de espaço público será formalizado de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93, Lei nº 8987/95, com a observância do Termo de Adesão de Gestão das Praias, da Legislação Sanitária, do Código de Posturas Municipal e das recomendações constantes no Caderno de Especificações Técnicas no que couber e, sem prejuízo das alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do certame licitatório, empresas ou consórcio de empresas que atendam o objeto e exigências do edital, cujo ramo de atividade seja pertinente guardando correlação com a exploração comercial de gêneros alimentar e congêneres, que estejam regularmente instaladas no País.

6.2. As licitantes, no momento da assinatura do contrato, deverão comprovar o aporte financeiro necessário para construção da unidade concedida, de acordo com os critérios definidos neste Termo de Referência, sob pena de perda do direito de concessão.

6.3. Será permitido ao licitante concorrer a mais de unidade de imóvel previsto no item 4.13 deste Termo de Referência, entretanto NÃO será concedido mais de uma concessão de uso resolúvel para o mesmo licitante.

6.4. Classificados os licitantes, a definição da unidade do imóvel concedida será realizada através de sorteio em sessão pública, conforme previsto no item 09 deste Termo de Referência.

6.4.1. Após a realização do sorteio e a definição da unidade do imóvel não poderá ser realizada permuta, entre os licitantes, sendo que uma vez concedida a unidade se torna intransferível.

6.5. É vedada a participação:

a) de pessoas físicas, Microempreendedores individuais (MEI), cujo aporte financeiro e ou atividade não se compatibilize com a natureza e o vulto econômico que demanda o objeto a ser contratado;

b) de empresa cujos sócios, administradores, empregados, responsável técnico e/ou controladores sejam servidores do Município de Vila Velha;

c) daqueles que se enquadrem nas restrições do artigo 9º da Lei 8.666/93;

d) empresa declarada inidônea pela Administração Pública Direta e/ou Indireta de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com a Concedente;

f) de empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País;

g) de empresa que se encontrem sob processo de dissolução ou liquidação;

h) de empresa, cujos atos constitutivos (estatuto ou contrato social) não inclua o objeto de execução do contrato de concessão, salvo na condição de consorciado em que uma das consorciadas detenha a qualificação.

6.6. A observação das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

6.7. A participação das licitantes implica no conhecimento integral dos termos e condições do presente Edital, seus anexos, projetos, instruções técnicas, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria e todas as condições gerais e peculiaridades do objeto, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento.

7. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;

7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

7.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.5. Cédula de Identidade do sócio ou do representante legal, conforme o caso, devidamente autenticada em cartório ou por servidor Público da Comissão Permanente de Licitação - SEMAD.

7.1.6. Caso a empresa se faça representar por terceiros, deverá apresentar instrumento procuratório público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório, que lhe outorgue poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame;

7.1.7. Será desclassificada a empresa cujo objeto social não contemplar o objeto de execução do contrato de concessão, salvo na condição de consorciado em que uma das consorciadas detenha a qualificação.

7.2. REGULARIDADE FISCAL:

* + 1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
    2. Prova de Regularidade mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos, relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária;
    3. Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual da sede do Licitante;
    4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do Licitante;
    5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;
    6. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT, mediante a apresentação de certidão negativa.

1. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
2. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:
3. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;
4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
5. Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.
6. Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;
7. O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;
8. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação, desde que devidamente justificado.
   1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
      1. A habilitação quanto à qualificação técnica deverá ser demonstrada pelos seguintes documentos:

7.3.1.1. Atestado de Visita, caso o licitante tenha vistoriado o local onde será executada a obra de construção do quiosque, emitido através do servidor competente, comprovando que realizou a visita técnica, no local onde se realizará o objeto desta Concorrência, conforme modelo anexo*;*

7.3.1.2. Declaração Própria para aqueles licitantes que optarem por não realizar a vistoria técnica no local da obra de construção do quiosque, declarando ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto, comprometendo-se, se vencedora, a executar o objeto para o qual foi vencedora, conforme modelo anexo;

7.3.1.3. Apresentação de Declaração de Disponibilidade, de que a licitante disporá de forma direta ou em regime de contrato todo o suporte para realização das obras, tais como, máquinas, materiais e todo o aparelhamento necessário para a obra de construção do quiosque e da prestação dos serviços, conforme modelo anexo;

7.3.1.4. Apresentação de Declaração de Responsabilidade, com a indicação e anuência do(s) profissional(ais) que atuarão como responsável(eis) técnico(s), engenheiro civil ou arquiteto, na direção e execução dos trabalhos de construção do quiosque até a sua inteira conclusão, podendo ser realizada substituição do responsável desde que detenha a mesma qualificação técnica comprovada pelo indicado na ocasião da licitação, conforme modelo anexo.

1. O profissional indicado no subitem anterior deverá ser detentor de Atestado(s) de capacidade técnico-profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e acompanhado(s) do(s) respectivo(s) acervo(s) técnico(s), demonstrando que o(s) PROFISSIONAL(IS) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado pela licitante, tenha(m) executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com os serviços de construção previstos nesta licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas:

I - Execução de obras construção de edificação, em nome do engenheiro civil ou arquiteto, que contemplem a execução de construção de estrutura em concreto armado aparente, com área de construção mínima de 60m².

* 1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Com base no Acórdão nº 1214/2013 – TCU - Plenário e no documento disponibilizado pela ESAF – Escola de Administração Fazendária do Governo Federal, a PMVV adotou os seguintes procedimentos para comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas licitantes.

7.4.2. Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação do Balanço, na forma da Lei 6.404/76 e 11.638/07 cópias da publicação de:

I. Balanço Patrimonial;

II. DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;

III. Demonstração do fluxo de caixa;

IV. Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;

V. Notas explicativas do balanço.

7.4.3. Para outras empresas:

I. Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial ou Registro de Comércio competente;

II. DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;

III. Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, registrado na Junta Comercial ou Registro de Comércio competente.

7.4.4. Para empresas que sejam obrigadas a registrar seus balanços de forma eletrônica junto à Receita Federal (escrituração contábil digital - ECD), de acordo com as formalidades legais, tal documento é o exigível para fins de habilitação econômico financeira, devidamente certificado por contador registrado do Conselho de Contabilidade, com o recibo de entrega via SPED, além das notas explicativas.

7.4.5. O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do Termo de Abertura e de Encerramento, extraído do livro diário, registrado ou publicado, até a data de emissão da proposta escrita.

7.4.6. Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrativo contábil apresentado na forma abaixo, conforme o caso:

I. Publicados em órgão da imprensa oficial; ou

II. Publicados em Jornal de Grande Circulação; ou

III. Por fotocópia autenticada, devidamente registrada na Junta Comercial da sede da licitante ou órgão equivalente; ou

IV. Por fotocópia autenticada, extraída do Livro Diário, bem como dos Termos de Abertura e de Encerramento daquele livro, devidamente registrados na Junta Comercial da sede da licitante ou órgão equivalente.

7.4.7. Quando se tratar de empresa recém formada, que ainda não fechou o primeiro balanço anual, o balanço de abertura é o que deve ser apresentado. Caso a proponente tenha optado pelo regime de tributação com base no lucro presumido, previsto no Art. 13, da Lei nº 8.541/92, não mantendo escrituração contábil, deverá anexar cópia da Declaração Simplificada de Rendimento e Informações apresentada à Receita Federal e do Livro de Registro de Inventário relativos ao último exercício social exigível, em substituição ao balanço patrimonial.

7.4.7.1 A empresa que esteve inativa no ano anterior deverá apresentar cópia da Declaração de Inatividade entregue a Receita Federal.

7.4.8. Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

1. As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

*i) Índice de Liquidez Geral:*

ILG = (AC + RLP)

(PC + PNC)

Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;

RLP – Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante[[3]](#footnote-3)\*;

*ii) Índice de Solvência Geral:*

ISG = AT

PC + PNC

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;

AT – Ativo Total;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante[[4]](#footnote-4)\*;

*iii) Índice de Liquidez Corrente:*

ILC = AC

PC

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;

AC – Ativo Circulante;

PC – Passivo Circulante.

7.4.9. Junto com a comprovação dos índices referidos acima, os licitantes deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo para fins de habilitação, na forma dos §§ 2 º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do imóvel a ser construído, conforme classificação por grupo constante no item 4.13, no valor referencial de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos).

7.4.10. No caso de consórcio, deverá haver a demonstração de cada consorciado do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste Edital, admitindo-se o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

OBS: A comprovação de capital social ou patrimônio líquido será realizada através do Contrato Social e alterações ou sua consolidação, atualizado e registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente da Sede do Licitante, ou Certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão equivalente.

7.4.12. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica, e quando se tratar de Sociedade Simples apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 60 (sessenta) dias de sua emissão, quando não for expresso sua validade.

I. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverão ser cumpridos, por meio da documentação apropriada constante no envelope de habilitação, os seguintes requisitos, cumulativamente:

* 1. Cumprimento de todos os demais requisitos de habilitação constantes neste Edital;
  2. Sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

7.5. Será exigida das empresas licitantes garantia da proposta no valor de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação – Art. 31, III, da Lei 8.666/93, ou seja, conforme classificação por grupo constante no item 4.13, no valor referencial de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), podendo as empresas optarem por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro, que deverá ser recolhida aos cofres do município através de depósito identificado na conta bancária: Banco 001 – Banco do Brasil, Agência 1240-8, Conta Corrente 173.700-7 – Prefeitura Municipal de Vila Velha/Caução, até 01 dia útil anterior à data estipulada para abertura da licitação;

b) títulos da dívida pública;

c) seguro garantia ou fiança bancária.

7.5.1. O comprovante da garantia deverá estar dentro do envelope de habilitação.

7.5.2. A garantia da proposta será devolvida no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, tanto para o licitante vencedor quanto para os demais.

7.6. A Comissão Permanente de Licitação verificará, ainda, juntamente com os documentos acima elencados dentro do envelope de Documentação de Habilitação, sob pena de inabilitação das licitantes os seguintes documentos:

7.7. Termo declaratório de atendimento as condições editalícias, conforme modelo anexo;

7.8. Declaração de deter aporte financeiro necessário para a construção da unidade concedida, no valor mínimo de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), conforme modelo anexo.

7.8.1. A comprovação do aporte financeiro se dará por ocasião da assinatura do contrato, caso se consagre o vencedor do certame, demonstrado através de extrato de depósito bancário, ou carta fiança, ou seguro garantia, ou contrato com o financiador, ou documento equivalente, emitido por instituição oficial, em seu nome e/ou do consórcio, sob pena de perda do direito de concessão;

7.9. Declaração expressa da licitante de que não possui Vínculo Empregatício com o Município, conforme modelo anexo.

1. DA PROPOSTA TÉCNICA
   1. Será declarado vencedor do certame o proponente que, além de cumprir todas as exigências referentes à concessão, habilitação, oferecer a MELHOR PROPOSTA TÉCNICA – MPT, cujas condições seguem dispostas abaixo.
   2. Serão classificados os proponentes que obtiverem a MELHOR PROPOSTA TÉCNICA – MPT, ou seja, a licitante que obtiver maior pontuação final da proposta técnica, dentre as 20 (vinte) melhores notas de pontuação, cuja definição do imóvel será realizada por meio de sorteio.
   3. O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das Propostas Técnica (NPT), levará em consideração a pontuação relativa aos 04 (quatro) requisitos técnicos mínimos descritos abaixo, totalizando 10 (dez) pontos, subdivididos da seguinte forma:

Pontuação da proposta técnica

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | PONTUAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA | PESO | PONTUAÇÃO PARA NOTA GLOBAL |
| 01 | Tempo de experiência com quiosque, restaurantes e/ou similares | 3 | 1,75 | 5,25 |
| 02 | Tempo de atividade de quiosque na Orla de Itaparica | 3 | 0,75 | 2,25 |
| 03 | Comprovação de atividade atual de quiosque na Orla de Itaparica | 1 | 1 | 1,0 |
| 04 | Curso de capacitação | 2 | 0,75 | 1,5 |
| PONTUAÇÃO TOTAL PROPOSTA TÉCNICA | |  |  | 10 Pontos |

* 1. O cálculo para obtenção da Nota dos ITENS será realizado da seguinte forma:
     1. Cada “ITEM” será composto de subitens (1, 2, 3, etc.) que depois de avaliados, terão suas notas multiplicadas pelos “PESOS CORRESPONDENTES” e, posteriormente somadas, totalizando, no máximo, 10 pontos para cada “ITEM”, conforme tabelas abaixo.

|  |
| --- |
| NOTA: SUBITEM 1 x (PESO DO SUBITEM 1) + SUBITEM 2 x (PESO DO SUBITEM 2) + SUBITEM 3 x (PESO DO SUBITEM 3) + SUBITEM 4 x (PESO DO SUBITEM 4) = 10 PONTOS |

* + 1. Os proponentes serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida, sendo distribuídos, para tanto, 10 (DEZ) pontos, observados os seguintes critérios:

1. Tempo de experiência com quiosque, restaurantes e/ou similares, sendo comprovado através de declaração ou certidão do órgão público sede do estabelecimento onde exerce a atividade, através de Secretaria Municipal ou órgão municipal afeto ou Departamento gestor da orla, que ateste o tempo de experiência da empresa e/ou responsável (pessoal física);
2. Instalação na orla de Itaparica, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tempo de experiência | Em quiosque, restaurante e/ou similares | Instalação de quiosque orla de Itaparica |
| Menos de 05 anos | 0,5 | 0,5 |
| De 05 anos e um dia a 10 anos | 1,0 | 1,0 |
| De 10 anos e um dia a 15 anos | 1,5 | 1,5 |
| De 15 anos e um dia a 20 anos | 2,0 | 2,0 |
| De 20 anos e um dia a 25 anos | 2,5 | 2,5 |
| Mais de 25 anos | 3,0 | 3,0 |

1. Comprovação de atividade atual na Orla de Itaparica na condição de quiosqueiro, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Comprovação de atividade atual de quiosque na Orla de Itaparica | Pontuação |
| Comprovação que atualmente está exercendo atividade de quiosqueiro na orla de Coqueiral de Itaparica | 1,0 |
| Total | 1,0 ponto |

1. Comprovação de atividade atual na Orla de Itaparica, sendo comprovado através de autorização de funcionamento emitido pela fiscalização de posturas e/ou declaração da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsáveis pela gestão da orla, emitido em nome da empresa e/ou responsável (pessoal física);
2. Curso de capacitação com o mínimo de 08 horas a ser comprovado mediante apresentação de certificado em nome da empresa e/ou responsável (pessoal física), sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Curso de capacitação | Pontuação |
| Boas práticas de manipulação de alimentos | 1,0 |
| Qualidade no atendimento e/ou qualidade no atendimento ao turista | 1,0 |
| Total | 2,0 pontos |

* 1. Em caso de empate, o desempate deverá ocorrer considerando como primeiro critério o maior tempo de instalação na orla de Itaparica e o segundo, o maior tempo de experiência com quiosque, mantendo-se o empate, será efetuado o sorteio.
  2. Por ocasião da publicação do edital da concessão será nomeada comissão técnica de assessoramento para análise e julgamento das propostas técnicas e para realização da sessão de sorteio visando ocupação das unidades.

9. DO SORTEIO PARA DEFINIÇÃO DAS 20 OCUPAÇÕES DE UNIDADE DE IMÓVEL

9.1. Classificados os licitantes, a definição da unidade do imóvel concedida será realizada através de sorteio em Sessão Pública.

9.2. Considerando que o projeto de edificação de quiosques na Orla de Itaparica se limita a 20 (vinte) unidades serão convocados para a sessão de sorteio os 20 (vinte) primeiros classificados na ordem de sua classificação decorrente do processo licitatório.

9.3. Os 20 (vinte) quiosques a serem edificados estão distribuídos pela Orla e subdivididos em 4 (quatro) setores, conforme planta de localização dos quiosques que integra o Edital, ou seja, setor 01, setor 02, setor 03 e setor 04.

9.3.1. Para fins de zoneamento fica assim definido:

a) Setor 01: Do início da Rua Manaus até a Rua Deolindo Perim, possuindo 03 quiosques;

b) Setor 02: Do início da Rua Deolindo Perim até a Rua Prof. Augusto Ruschi, possuindo 04 quiosques;

c) Setor 03: Do início da Rua Prof. Augusto Ruschi até a Rua Dr. Gilson Santos, possuindo 10 quiosques;

d) Setor 04: Do início da Rua Dr. Gilson Santos até a Rua Itaoca, possuindo 03 quiosques.

9.4. Cada concorrente deverá indicar em sua proposta qual a ordem de prioridade de setor para o sorteio dos quiosques. A indicação de prioridade deve constar de declaração apresentada no envelope de proposta técnica, devendo ser indicado o setor de preferência, entre os Setores 1 e/ou 2 e/ou 3 e/ou 4, não sendo necessário obedecer a ordem numérica para indicação da preferência, mas limitando-se aos setores estabelecidos na planta de localização dos quiosques que integra o Edital.

a) O modelo da “declaração de preferência para sorteio” segue anexo a este Termo de Referência. De tal forma que, o concorrente possa indicar a ordem dos setores de preferência, até o limite de 04.

9.5. O licitante tem liberdade para indicar os setores para os quais deseja concorrer, sendo de seu direito indicar até 04 setores, devendo constar expressamente da declaração o setor ou setores para os quais deseja concorrer. A ausência de indicação do setor, impede ao licitante de concorrer para o zoneamento do setor não indicado.

9.6. A data, hora e local de realização da sessão de sorteio será definida pela Comissão Permanente de Licitação que for responsável pela realização do processo licitatório.

9.7. O sorteio dos setores serão realizados pela seguinte ordem:

a) Setor 01: o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 01 como primeira prioridade, até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade, e assim por diante.

b) Setor 02: o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 02 como sua primeira prioridade até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade e assim por diante.

c) Setor 03: o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 03 como sua primeira prioridade até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade e assim por diante.

d) Setor 04: o sorteio será realizado entre os participantes que indicaram o setor 04 como sua primeira prioridade até o limite de unidades disponíveis, sendo que os remanescentes que não forem contemplados, deverão aguardar o próximo sorteio das demais unidades por eles indicadas como segunda prioridade e assim por diante.

OBS: Será permitida a indicação de apenas 01 setor por prioridade.

9.8. À medida em que o licitante for contemplado no sorteio, observada sua ordem de preferência, automaticamente ele estará fora dos sorteios seguintes.

9.9. Uma vez contemplado no sorteio o participante não poderá renunciar a unidade sorteada com a qual ele foi contemplado, sob pena de perda do direito a concessão do imóvel.

9.10. O direito a unidade sorteada é intransferível.

9.11. Os sorteios serão realizados na ordem sucessiva acima indicada, até que todas as 20 unidades de quiosques sejam sorteadas, ressalvado se, na declaração de indicação de preferência o licitante registrar que, caso não seja sorteado em sua primeira ou segunda ou terceira indicação de preferência, não deseja participar dos demais sorteios.

9.12. No dia designado para realização do sorteio, o licitante deverá comparecer à sessão de sorteio pessoalmente ou por meio de representante legalmente constituído por procuração, com poderes para firmar compromissos ou declarar desistência.

9.13. O licitante que faltar e não indicar representante legal para participar da sessão de sorteio será automaticamente desclassificado, devendo a ausência ser registrada na ata da sessão de sorteio, como desistência.

9.14. Após a realização dos sorteio de todas as prioridades em havendo unidades de quiosques remanescentes o Município se reserva o direito de convocar os demais licitantes classificados e realizar novo sorteio até que se proceda o preenchimento de todas as unidades disponibilizadas.

9.15. A sessão de sorteio será pública e as ocorrências registradas em ata a ser elaborada e formada pela Comissão responsável pelo processo licitatório, especialmente quanto ao comparecimento dos licitantes, o resultado de cada rodada de sorteio assim como a ocorrência ou não de eventuais desistências que poderão ser verificadas durante a sessão.

10. VALORES ESTIMADOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS QUIOSQUES

10.1. Toda a obra de construção do quiosque será custeada pela Licitante, sem nenhum ônus para Administração Pública Municipal.

10.2. Os quantitativos e valores indicados correspondem a valor orçado em projeto executivo para efeito de estimativa do valor da construção do Quiosque.

10.3. Para a construção dos quiosques previstos no projeto executivo municipal, as 20 (vinte) unidades a serem construídas foram subdivididas em 03 (três) grupos, conforme nível de implantação atribuído para cada grupo, considerando a fundação e a diferença quanto ao número de escadas e/ou rampa no acesso à praia, devendo ser esclarecido que mesmo dentro de um grupo há variação entre os quiosques de desnível em relação ao calçadão e o limite de fundos.

10.4. Para os quiosques com nível 0,00 m – Quiosques N5, N6, N7, N8, N9 e N13, o valor global da obra de construção estimado para cada unidade é de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos). Conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TABELA 01 - CONSTRUÇÃO QUIOSQUE - NÍVEL 0,00 (SEM ESCADAS) | | | |
| 01 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 2.738,52 | 0,55% |
| 02 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS | 8.863,75 | 1,77% |
| 03 | MOVIMENTO DE TERRA | 20.858,71 | 4,17% |
| 04 | ESTRUTURAS | 119.934,25 | 23,96% |
| 05 | PAREDES E PAINÉIS | 14.563,74 | 2,91% |
| 06 | ESQUADRIAS DE MADEIRA | 4.593,56 | 0,92% |
| 07 | ESQUADRIAS METÁLICAS | 28.382,04 | 5,67% |
| 08 | VIDROS E ESPELHOS | 3.573,58 | 0,71% |
| 09 | COBERTURA | 55.158,31 | 11,02% |
| 10 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 17.649,25 | 3,53% |
| 11 | TETOS E FORROS | 1.607,15 | 0,32% |
| 12 | REVESTIMENTO DE PAREDES | 28.975,63 | 5,79% |
| 13 | PISOS INTERNOS E EXTERNOS | 6.146,09 | 1,23% |
| 14 | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS | 14.009,86 | 2,80% |
| 15 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 27.675,11 | 5,53% |
| 16 | OUTRAS INSTALAÇÕES | 6.204,50 | 1,24% |
| 17 | APARELHOS HIDROSSANITÁRIOS | 16.783,92 | 3,35% |
| 18 | EQUIPAMENTOS | 6.610,45 | 1,32% |
| 19 | PINTURAS | 16.664,70 | 3,33% |
| 20 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS | 7.408,10 | 1,48% |
| 21 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES INTERNOS | 8.986,08 | 1,79% |
| 22 | TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA | 789,05 | 0,16% |
|  | SUBTOTAL OBRA | 418.176,35 | 83,53% |
| 01 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (01 UNIDADE DE CANTEIRO DE OBRAS) | 28.694,12 | 5,73% |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | 53.775,91 | 10,74% |
|  | SUBTOTAL CANTEIRO DE OBRA | 500.646,38 | 100,00% |
| 01 | EQUIPAMENTOS |  |  |
| 01.01 | EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO COZINHA E SALÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA | 35.995,54 | 58,15% |
| 01.02 | EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DOS CONCESSIONÁRIOS | 8.753,88 | 14,14% |
| 02 | COMUNICAÇÃO VISUAL |  |  |
| 02.01 | TÓTEM, PAINEIS, LETREIROS | 17.156,00 | 27,71% |
|  | SUBTOTAL EQUIPAMENTOS | 61.905,42 | 100,00% |
|  | TOTAL GERAL | R$ 562.551,80 |  |

10.5. Quiosques com nível 0,00 a 1,00 m – Quiosques N1, N4, N10, N11, N12, N15 e N19, o valor global da obra de construção estimado para cada unidade é de R$ 572.073,46 (quinhentos e setenta e dois mil, setenta e três reais e quarenta e seis centavos). Conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TABELA 02 - CONSTRUÇÃO QUIOSQUE - NÍVEL 0,00 A 1,00M | | | |
| 01 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 2.738,52 | 0,54% |
| 02 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS | 8.863,75 | 1,74% |
| 03 | MOVIMENTO DE TERRA | 23.287,78 | 4,56% |
| 04 | ESTRUTURAS | 126.598,44 | 24,82% |
| 05 | PAREDES E PAINÉIS | 14.563,74 | 2,85% |
| 06 | ESQUADRIAS DE MADEIRA | 4.593,56 | 0,90% |
| 07 | ESQUADRIAS METÁLICAS | 28.382,04 | 5,56% |
| 08 | VIDROS E ESPELHOS | 3.573,58 | 0,70% |
| 09 | COBERTURA | 55.158,31 | 10,81% |
| 10 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 18.077,65 | 3,54% |
| 11 | TETOS E FORROS | 1.607,15 | 0,32% |
| 12 | REVESTIMENTO DE PAREDES | 28.975,63 | 5,68% |
| 13 | PISOS INTERNOS E EXTERNOS | 6.146,09 | 1,20% |
| 14 | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS | 14.009,86 | 2,75% |
| 15 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 27.675,11 | 5,42% |
| 16 | OUTRAS INSTALAÇÕES | 6.204,50 | 1,22% |
| 17 | APARELHOS HIDROSSANITÁRIOS | 16.783,92 | 3,29% |
| 18 | EQUIPAMENTOS | 6.610,45 | 1,30% |
| 19 | PINTURAS | 16.664,70 | 3,27% |
| 20 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS | 7.408,10 | 1,45% |
| 21 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES INTERNOS | 8.986,08 | 1,76% |
| 22 | TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA | 789,05 | 0,15% |
|  | SUBTOTAL OBRA | 427.698,01 | 83,83% |
| 01 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (01 UNIDADE DE CANTEIRO DE OBRAS) | 28.694,12 | 5,62% |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | 53.775,91 | 10,54% |
|  | SUBTOTAL CANTEIRO DE OBRA | 510.168,04 | 100,00% |
| 01 | EQUIPAMENTOS |  |  |
| 01.01 | EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO COZINHA E SALÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA | 35.995,54 | 58,15% |
| 01.02 | EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DOS CONCESSIONÁRIOS | 8.753,88 | 14,14% |
| 02 | COMUNICAÇÃO VISUAL |  |  |
| 02.01 | TÓTEM, PAINEIS, LETREIROS | 17.156,00 | 27,71% |
|  | SUBTOTAL EQUIPAMENTOS | 61.905,42 | 100,00% |
|  | TOTAL GERAL | R$ 572.073,46 |  |

10.6. Quiosques com nível 1,00 a 2,0m – Quiosques N2, N3, N14, N16, N17, N18 e N20, o valor global da obra de construção estimado para cada unidade é de R$ 580.031,94 (quinhentos e oitenta mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos. Conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TABELA 03 - CONSTRUÇÃO QUIOSQUE - NÍVEL 1,00 A 2,00M | | | |
| 01 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 2.738,52 | 0,53% |
| 02 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS | 8.863,75 | 1,71% |
| 03 | MOVIMENTO DE TERRA | 27.942,36 | 5,39% |
| 04 | ESTRUTURAS | 129.655,02 | 25,02% |
| 05 | PAREDES E PAINÉIS | 14.563,74 | 2,81% |
| 06 | ESQUADRIAS DE MADEIRA | 4.593,56 | 0,89% |
| 07 | ESQUADRIAS METÁLICAS | 28.382,04 | 5,48% |
| 08 | VIDROS E ESPELHOS | 3.573,58 | 0,69% |
| 09 | COBERTURA | 55.158,31 | 10,65% |
| 10 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 18.324,97 | 3,54% |
| 11 | TETOS E FORROS | 1.607,15 | 0,31% |
| 12 | REVESTIMENTO DE PAREDES | 28.975,63 | 5,59% |
| 13 | PISOS INTERNOS E EXTERNOS | 6.146,09 | 1,19% |
| 14 | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS | 14.009,86 | 2,70% |
| 15 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 27.675,11 | 5,34% |
| 16 | OUTRAS INSTALAÇÕES | 6.204,50 | 1,20% |
| 17 | APARELHOS HIDROSSANITÁRIOS | 16.783,92 | 3,24% |
| 18 | EQUIPAMENTOS | 6.610,45 | 1,28% |
| 19 | PINTURAS | 16.664,70 | 3,22% |
| 20 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS | 7.408,10 | 1,43% |
| 21 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES INTERNOS | 8.986,08 | 1,73% |
| 22 | TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA | 789,05 | 0,15% |
|  | SUBTOTAL OBRA | 435.656,49 | 84,08% |
| 01 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (01 UNIDADE DE CANTEIRO DE OBRAS) | 28.694,12 | 5,54% |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | 53.775,91 | 10,38% |
|  | TOTAL | 82.470,03 | 15,92% |
|  | SUBTOTAL CANTEIRO DE OBRA | 518.126,52 | 100,00% |
| 01 | EQUIPAMENTOS |  |  |
| 01.01 | EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO COZINHA E SALÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA | 35.995,54 | 58,15% |
| 01.02 | EQUIPAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DOS CONCESSIONÁRIOS | 8.753,88 | 14,14% |
| 02 | COMUNICAÇÃO VISUAL |  |  |
| 02.01 | TÓTEM, PAINEIS, LETREIROS | 17.156,00 | 27,71% |
|  | SUBTOTAL EQUIPAMENTOS | 61.905,42 | 100,00% |
|  | TOTAL GERAL | R$ 580.031,94 |  |

10.7. O valor da OUTORGA será o correspondente ao estimado para construção do quiosque, conforme indicado no item 4.13, juntamente com o valor previsto a título de atendimento ao Termo de Adesão de Gestão das Praias, previsto no item 5.1.1 deste Termo de Referência.

10.8. A concessão da outorga não isenta a licitante do pagamento de outras obrigações previstas em Lei, tais como impostos e taxas incidentes sobre o imóvel.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Obrigações da CONCEDENTE:

11.1.1. Analisar o Plano de Construção e Ocupação no prazo de até 10 dias a contar de seu recebimento;

11.1.2. Aprovar ou Rejeitar o Plano de Construção e Ocupação, dando ciência ao licitante;

11.1.3. Autorizar o funcionamento do quiosque após cumpridas todas as formalidades legais e contratuais;

11.1.4. Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

11.1.5. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, inclusive de suspensão ou encerramento das atividades e perda da concessão, quando for o caso;

11.1.6. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

11.1.7. Extinguir a concessão, nos casos previstos na Lei e na forma prevista no contrato;

11.1.8. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais da concessão;

11.1.9. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

11.1.10. Registrar a propriedade do imóvel em Cartório para que este seja incorporado ao patrimônio Municipal, após a conclusão da Edificação;

11.1.11. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária;

11.1.12. A fiscalização do serviço será feita por servidor municipal designado pela PMVV, podendo requisitar diligências aos órgãos envolvidos, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada ou vinculada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

11.2. Obrigações do CONCESSIONÁRIO:

12.1.1. Prestar serviço adequado, na forma prevista da Lei, nas normas técnicas aplicáveis no contrato, em especial ao Caderno de Especificações Técnicas vinculado ao edital;

12.1.2. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

12.1.3. Prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

12.1.4. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

12.1.5. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos, produtos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

12.1.6. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

12.1.7. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

12.1.8. Contratar a suas expensas e sob sua responsabilidade a mão-de-obra necessária para a prestação de serviço, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente;

12.1.9. Não poderá ceder, transferir ou subcontratar total ou parcial, dos encargos de gestão sem anuência justificada do poder concedente;

12.1.10. Apresentar Plano de Construção e Ocupação no prazo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato;

12.1.11. Cumprir os prazo de início e término da obra, conforme definido neste termo de referência;

12.1.12. Adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, que deverá ocorrer, conforme prazo aprovado pela Administração em Plano de Construção e Ocupação, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente as atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento;

12.1.13. Manter qualidade no fornecimento de produtos e prestação de serviços efetuados pelos quiosques administrados na Praia de Itaparica a ser aferido através de pesquisa de satisfação que será realizada pela concedente;

12.1.14. Manter as características físicas da construção, sendo que qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta CONCESSÃO, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros, deverá ser submetido previamente à apreciação e aprovação escrita da CONCEDENTE que poderá vetar parcial ou totalmente;

12.1.15. Contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor compatível com a estrutura/atividade comercial do imóvel, indicando como beneficiário o Município de Vila Velha, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) à CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da exploração comercial no imóvel, e a cada renovação anual do seguro;

12.1.16. Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pela CONCEDENTE, respondendo por seus atos e de seus empregados, que impliquem em inobservância deste termo;

12.1.17. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

12.1.18. Observar e cumprir as normas fixadas em Instrução Normativa, ou regulamento equivalente, da CONCEDENTE, referente aos procedimentos, usos e costumes nos quiosques da Orla de Vila Velha;

12.1.19. Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia e água, impreterivelmente até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços;

12.1.20. Submeter previamente para análise e aceite da CONCEDENTE alteração societária que não prejudique a execução do contrato;

12.1.21. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

12.1.22. Cumprir as normas relativas à legislação ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente o(s) alvará(s) exigidos na forma da Lei e necessários para o exercício da atividade, bem como, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

12.1.23. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias de higiene inerentes ao armazenamento, manipulação, manutenção e fornecimento dos produtos a serem comercializados;

12.1.24. Manter a originalidade construtiva, sendo vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, a exceção dos locais permitidos na concepção do projeto, permitida também a identificação exclusiva do local, na forma disciplinada pelos órgãos reguladores e/ou CONCEDENTE e observando o contido na Instrução Normativa e/ou regulamento equivalente;

12.1.25. Manter limpa toda a área que compõe os imóveis, assim como a área de influência utilizada pelo CONCESSIONÁRIO, devendo os resíduos coletados ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, na forma e horário estabelecido pelo Município;

12.1.26. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seu resíduo em duas frações denominadas “lixo seco” e “lixo úmido”;

12.1.27. Realizar a higienização diária dos contentores, de forma que no seu interior não fique resíduos que possam causar a geração de odores, atração e proliferação de vetores, sendo vedada a presença de chorume no fundo do contentor;

12.1.28. Manter e conservar os equipamentos, mobiliários, as suas instalações, e demais complementos da concessão, em perfeitas condições de uso, preservando o estado físico, promovendo as indispensáveis conservações e reparações, realizando, quando necessário, as substituições demandadas em função do desgaste, ou ainda promovendo as modernizações necessárias à boa execução dos serviços;

12.1.29. Prestar serviços de qualidade, considerando-se como tal, o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, saúde, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade dos preços;

12.1.30. Responder civil e criminalmente por danos causados por si, empregados e prepostos, a terceiros e/ou a instalações do conjunto arquitetônico que integra os quiosques;

12.1.31. Manifestarem por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sobre qualquer reclamação de usuário que, por acaso, for encaminhada pelo CONCEDENTE;

12.1.32. Observar as recomendações constantes no Caderno de Especificações Técnicas, anexo deste Termo de Referência;

12.1.33. Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.3. Obrigações do CONCESSIONÁRIO para com a execução da obra:

12.3.1. Construir o imóvel (edificação comercial) a ser utilizado pelo próprio Concessionário, na condição física (área interna e externa) atendendo às exigências da Prefeitura (Concedente) e às condições e elementos descritos e estabelecidos na “Proposta Técnica”, por prazo determinado de 06 meses para a construção do imóvel e para o uso e operação de 20 (vinte) anos.

12.3.2. Obrigar-se-á a desenvolver a obra de construção da edificação comercial, sempre em regime de entendimento com a fiscalização da PMVV, através da Secretaria Municipal de Obras, dispondo esta e seus prepostos amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

12.3.3. Obrigar-se-á a manter no local da realização dos serviços da construção da edificação comercial, o Responsável Técnico, que deverá ser Engenheiro habilitado junto ao CREA para dar execução à obra.

12.3.4. O Concessionário ou a empresa de engenharia a ser contratada pelo próprio concessionário para a construção da edificação comercial é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, Securitários e Comerciais da execução do Contrato e cumprimento da legislação relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, devendo mensalmente apresentar a fiscalização da PMVV, os documentos fiscais devidamente quitados demonstrando a não inadimplência do Concessionário ou empresa de engenharia por ele contratado, sob pena de ser aplicado as sanções contratuais.

12.3.5. Permitir e facilitar à Fiscalização da PMVV a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

12.3.6. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução da obra de construção da edificação comercial, que deverá ser efetuadas de acordo com o estabelecido no Edital, documentos técnicos fornecidos, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor.

12.3.7. Colocar em local do canteiro de obras placas indicativas de fácil visualização, conforme modelos fornecidos pelo CONCEDENTE/PMVV, com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e cumprimento da legislação.

12.3.8. Assumir total responsabilidade por danos causados ao CONCEDENTE ou a terceiros, decorrentes da execução das obras, isentando o CONCEDENTE de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução dos serviços.

12.3.9. A eventual aceitação dos serviços por parte do CONCEDENTE não eximirá o CONCESSINÁRIO e/ou responsável técnica para a execução a obra da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstâncias em que as despesas de correção ou modificação correrão por conta exclusiva da CONCEDENTE.

12.3.10. Responsabilizar-se pela vigilância e segurança no local da execução dos serviços.

12.3.11. Executar por sua conta o controle tecnológico bem como os ensaios, testes, laudos e demais provas estabelecidas em normas técnicas oficiais, para atestar a qualidade e as características dos materiais utilizados nos serviços executados.

12.3.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de Segurança, Medicina, Saúde e Higiene do Trabalho, devendo exigir dos funcionários o uso de uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo.

12.3.13. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.3.14. Cumprir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as Leis, Regulamentos e Posturas Municipal, em especial às de Segurança do Trabalho.

12.3.15. A empresa contratada deverá cumprir as resoluções do CONAMA nºs 237/1997 e 307/2002, respectivamente.

12.3.16. Manter um Diário de Obras atualizado, com informações confiáveis, de acordo com os critérios a serem definidos pela Fiscalização.

12.3.17. Fazer o mapeamento das funções envolvidas na obra, para determinar a utilização de equipamentos de proteção individual ou pagamento de adicionais de insalubridade ou periculosidade.

12.3.18. Fornecer os documentos comprobatórios dos Contratos de trabalho dos empregados da empresa alocados aos serviços da obra de construção do prédio comercial: Contrato; o Registro de Empregados; o controle de horas; Certificado de Regularidade e a Guia de Recolhimento do FGTS e informação Previdenciária (GFIP), para identificação dos empregados alocados nos serviços, objeto deste Contrato, revelando os fatos geradores do INSS, valores devidos ao INSS, informações gerais, exposição de riscos, vínculos de emprego e remuneração para fins de confrontação com a GPS – Guia de Recolhimento Previdenciário e com a Folha de Pagamento para comprovação de regularidade dos empregados envolvidos nos serviços, se for o caso de tais comprovações. Os aludidos documentos deverão ser fornecidos, mensalmente, ao Município, através da Fiscalização da PMVV/SEMOB.

12.3.19. Cumprir, onde couber, na íntegra, o Código de Limpeza Pública do Município de Vila Velha, instituído por intermédio da Lei nº 2915/94, sob pena de sofrer as penalizações elencadas na referida Lei que será aplicada de acordo com a característica e o grau de infração cometida.

12.3.20. Cumprir, obrigatoriamente, as determinações da Lei Municipal nº 5.623, de 08 de junho de 2015.

12.3.21. Apresentar um planejamento físico, que retrate a melhor logística para desenvolvimento do empreendimento, constando dos seguintes documentos: Plano de Ataque da Obra, Cronograma Físico Detalhado da Execução da Obra de Construção da Edificação Comercial projetada, a Curva de Progresso Físico, Cronograma de Mão De Obra, para fim de, uso e operação pelo próprio Concessionário, cuja obra deverá ser executada no prazo de 06 (seis) meses.

12.3.22. O Plano de Ataque da obra deverá descrever detalhadamente como a obra será conduzida. Deverão ser considerados:

\_ Canteiro de obras;

\_ Seqüência de execução;

\_ Interferências com as áreas e outros serviços;

\_ Apoios necessários (andaimes, guindastes, pontes rolantes, etc);

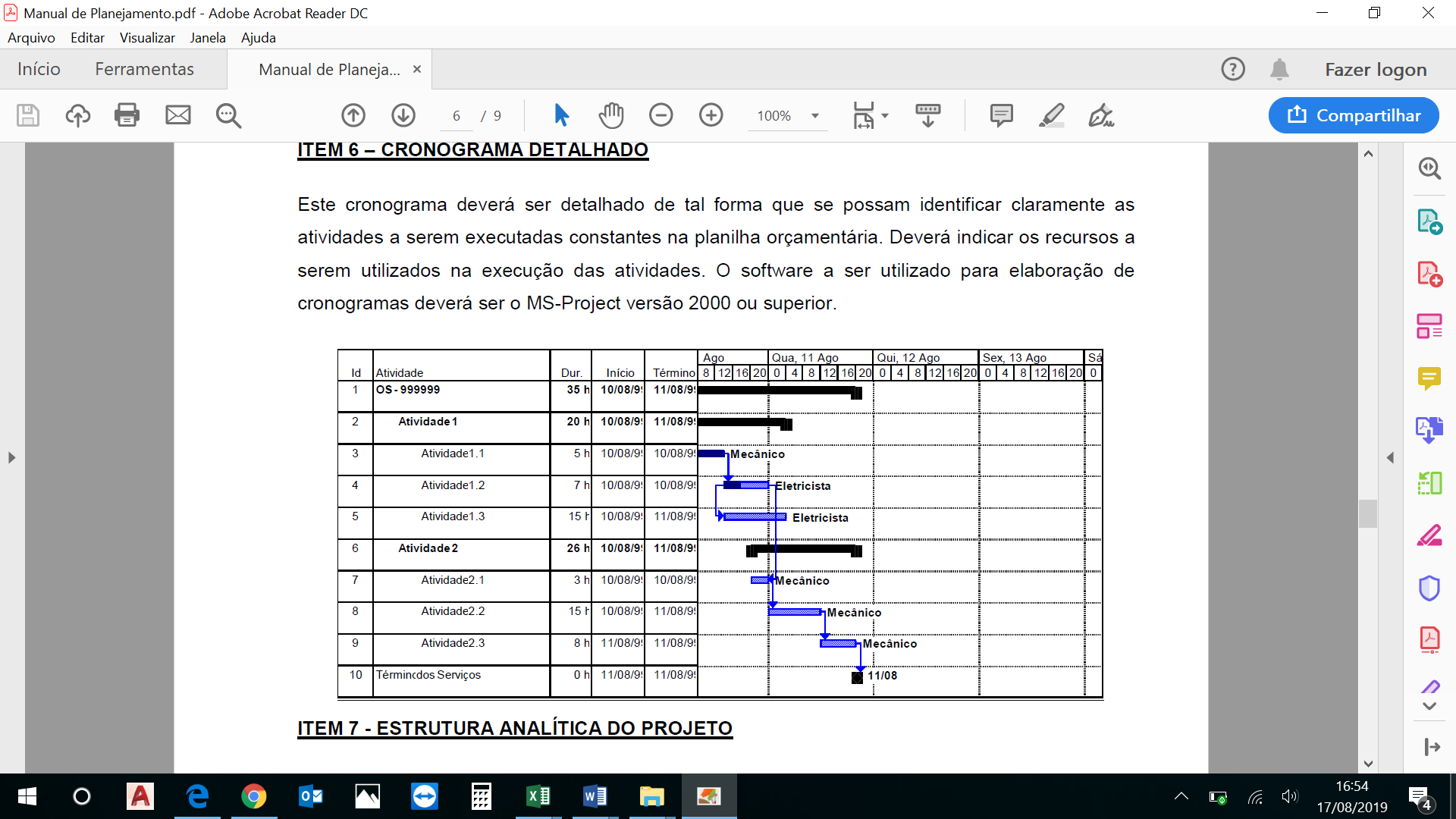
\_ Supervisão;

\_ Qualificação da mão de obra;

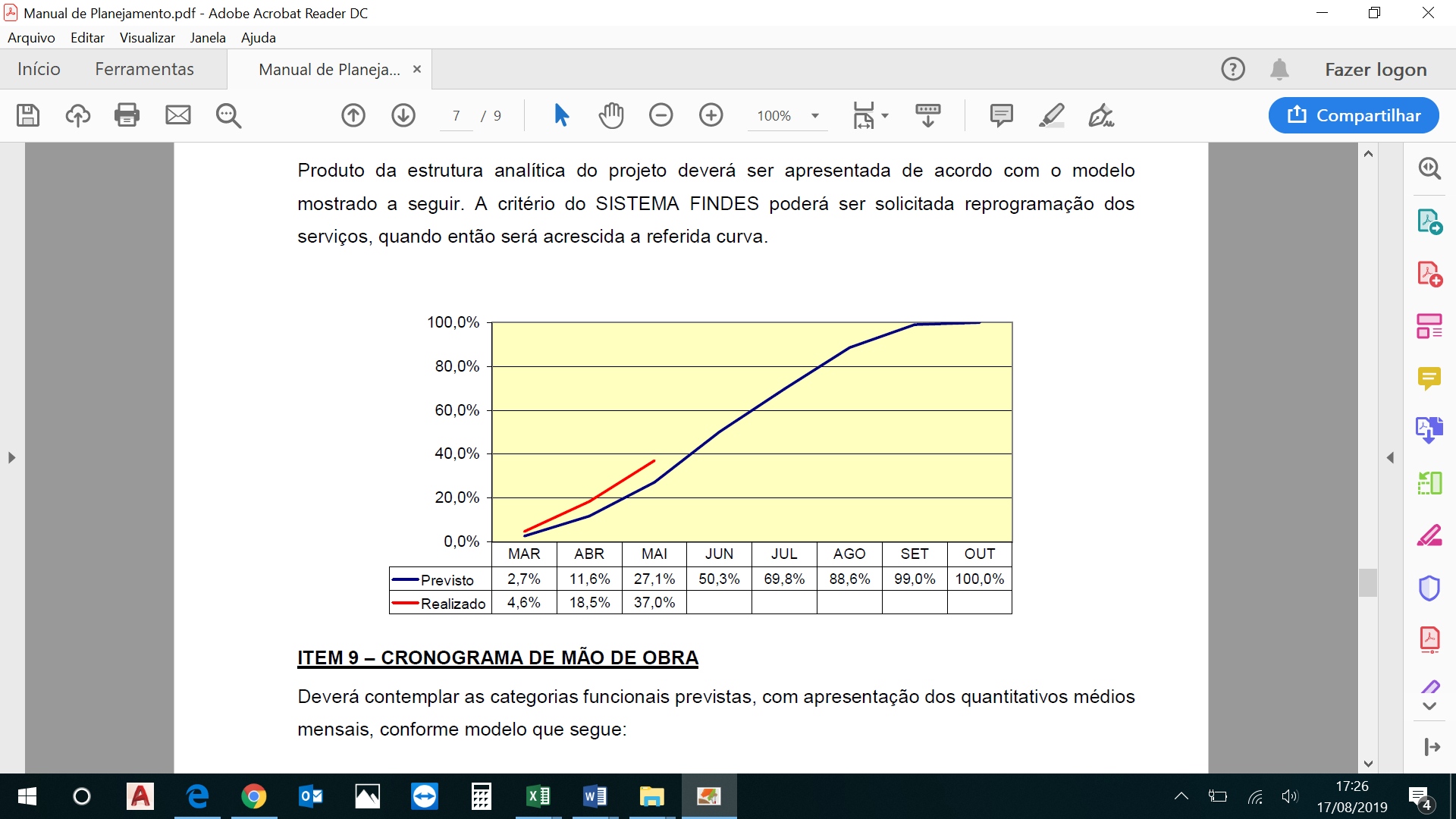
\_ Ferramental;

\_ Outras considerações relevantes ao bom andamento das atividades.

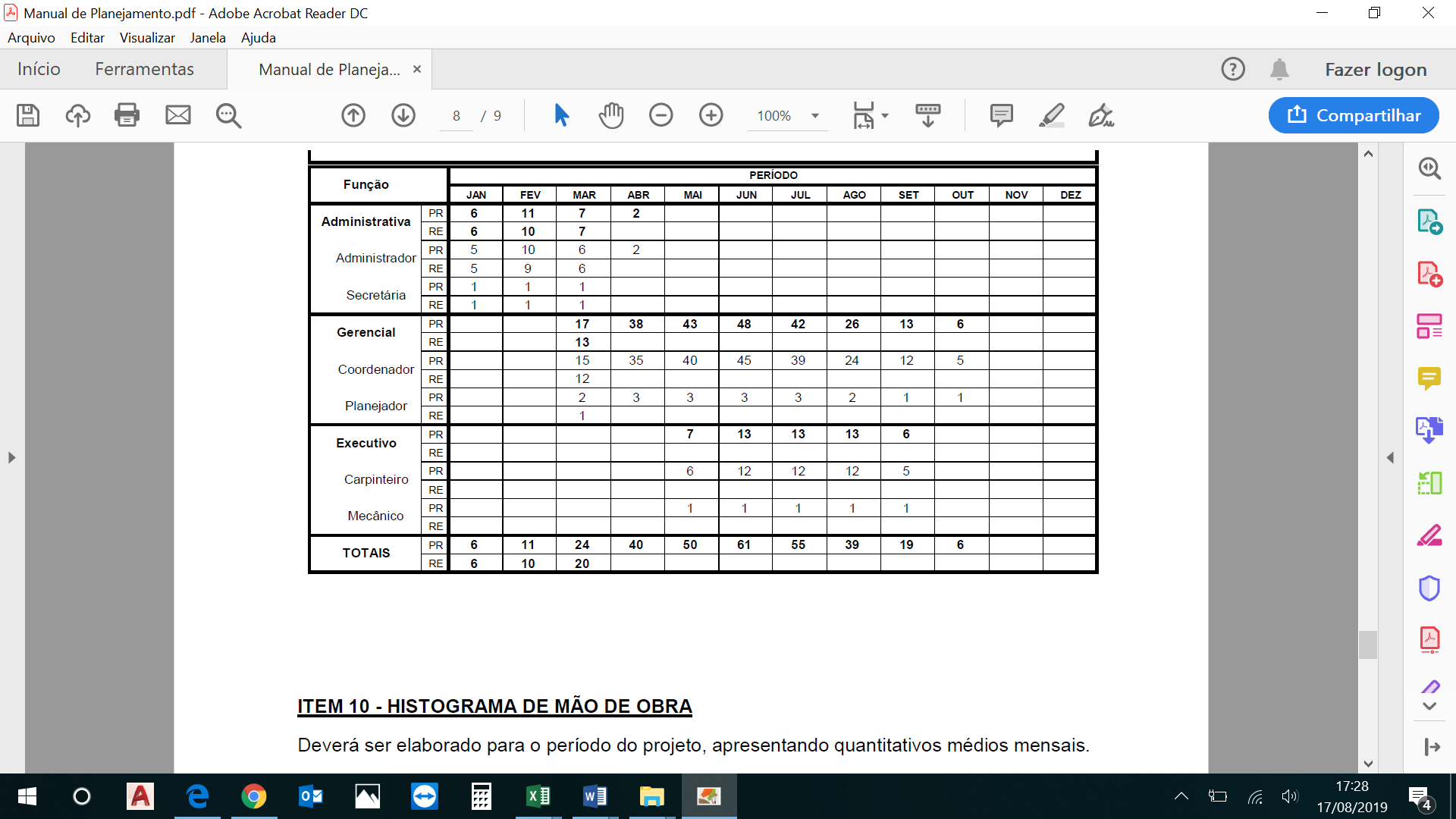
12.3.23. O Cronograma Físico Detalhado deverá de tal forma que se possam identificar claramente as atividades a serem executadas constantes na planilha orçamentária. Deverá indicar os recursos a serem utilizados na execução das atividades e conter os “Marcos Físicos” de etapas principais (ex: início e conclusão de montagem do canteiro de obra; de limpeza do terreno; de fundações; de superestrutura, etc.). O softwer a ser utilizado para a elaboração do cronograma deverá ser o MS-Project versão 2000 ou superior, conforme modelo a seguir:



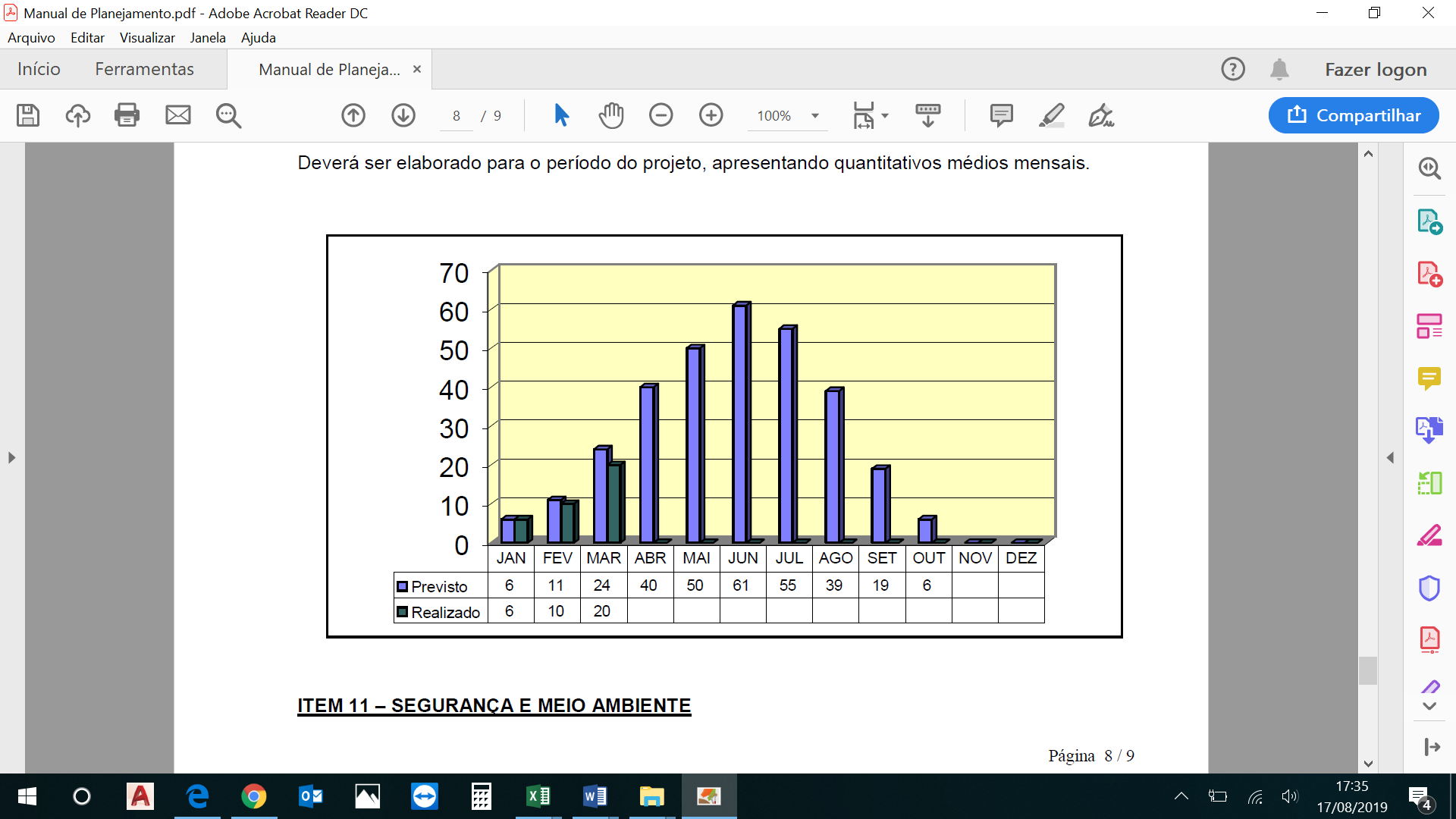
12.3.25. A Curva de Progresso Físico é o produto da estrutura analítica do projeto e deverá ser apresentada de acordo com o modelo mostrado a seguir. A critério da fiscalização da PMVV poderá ser solicitada reprogramação dos serviços, quando então será acrescida a referida curva, para reajustar a programação e evitar atraso na conclusão dos “Marcos Físicos” pré-definidos.



12.3.26. Cronograma de Mão De Obra deverá contemplar as categorias funcionais previstas, com apresentação dos quantitativos médios mensais, conforme modelo que segue:



12.3.27. O Histograma de Mão de Obra deverá ser elaborado para o período da execução da obra projeto, apresentando quantitativos médios mensais de número de funcionários alocado na obra em função do cronograma físico detalhado.



12.3.28. Realizar as obras de construção do imóvel (edificação comercial), conforme projetos executivos e detalhados fornecidos pelo Concedente/PMVV, e planilha orçamentária, especificações, Caderno de Especificações e de Encargos, incluído instalações, equipamentos e mobiliários em condição de uso e operação.

12.3.29. Ter conhecimento que todos e quaisquer itens que eventualmente não constem expressamente dos Projetos e dos memoriais descritivos, tais como equipamentos, maquinários, itens de acabamento, instalação e decoração da edificação comercial que serão de responsabilidade única e exclusiva do Concessionário, sem ônus para a Concedente, devendo inclusive serem levantados pelo Concessionário na fase de construção da edificação para listagem e especificação e apoio ao Concedente no sentido de serem complementados/adquiridos em tempo hábil para o funcionamento e operação adequada do imóvel.

12.3.30. Submeter a etapa de aquisição dos materiais e as etapas de execução da obra de construção (itens constantes da planilha orçamentária anexa a este edital), à apreciação e aprovação da fiscalização da PMVV, antes de seguir com as etapas seguinte/sucessoras, a fim de edificar o imóvel nas condições pactuadas e projetadas, devendo ser elaborado a cada vitória de fiscalização o Termo de Aceitação da etapa de serviço ou obra edificada.

12.3.31. Efetuar na etapa de conclusão da construção e montagem da edificação para uso e operação e após a obtenção do Habite-se junto aos órgãos competentes e por meio de superação das pendências porventura constatadas na Vistoria Final conjunta do Concedente e o Concessionário, sendo para tanto emitido o “Termo de Entrega e Aceitação do Imóvel”.

12.3.32. Fornecer o Termo de Garantia do bem imóvel e bem móvel que fazem parte do “Produto Final” (edificação comercial na condição de uso e operação) e o “Manual de Instrução, Operação de Uso e Manutenção do Imóvel”, com ilustrações, o qual deverá ser elaborado e assinado pelo responsável técnico da construção do imóvel, e conforme exigência de normas técnicas vigentes, tais como:

* ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de gestão de manutenção.
* ABNT NBR 14037:2011 (Versão Corrigida:2014) -   Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações - Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos.
* NBR15575-1 a NBR 15575-6 Atendimento ao desempenho das edificações e seus sistemas (descritos nas normas);

Entre outras correlacionadas as instalações do prédio em questão.

12.3.33. O documento deverá informar ao usuário sobre as características técnicas da edificação construída; apresentar procedimentos recomendáveis para o melhor aproveitamento da edificação; apontar as atividades de manutenção necessárias de cada subsistema da edificação e a periodicidade adequada, bem como prevenir contra a ocorrência de falhas e acidentes decorrentes de uso inadequado. O Manual de operação, uso e manutenção da edificação, além de ser uma obrigação legal, prevista no Código de Defesa do Consumidor, se faz necessário para preservar a vida útil de qualquer imóvel.

12.3.34. Executar sob suas expensas as correções de vícios ocultos, que por ventura surgirem após a entrega do imóvel e durante o uso deste, através do acompanhamento do responsável técnico de execução da obra.

12.3.35. Utilizar a Edificação Comercial para os fins estabelecidos no Contrato;

12.3.36. Assumir toda e qualquer responsabilidade pelas obras de manutenção referentes à conservação do Imóvel, nos termos do Art. 23 da Lei nº 8.245/91;

12.3.37. Não alterar a disposição estrutural interna ou externa da edificação comercial;

12.3.38. Assumir responsabilidade pelas instalações, limpeza, conservação e pintura da Edificação Comercial, inclusive pelos equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, bem como as instalações contra incêndios e vistorias do Corpo de Bombeiros, descritas no “Manual de Instalações, Uso e Operação” a ser fornecido pelo responsável técnico pela construção da edificação e conforme exigência de normas de desempenho da edificação;

12.3.39. Zelar pela conservação da área cedida e de seus pertences;

12.3.40. Permitir à Concedente, ou pessoa devidamente credenciada por esta, a visita ao imóvel, desde que seja em dias úteis e em horário comercial;

12.3.41. Cumprir o cronograma de manutenção do imóvel e dos equipamentos nele existentes, de acordo com o que for definido no “Manual de Instrução, Operação de Uso e Manutenção do Imóvel” a ser fornecido pelo responsável técnico pela construção da edificação e conforme exigência de normas de desempenho;

12.3.42. Manter durante a execução da obra Relatório Diário de Obras em 03 vias, cujo modelo do relatório diário de obras a ser utilizado pela empresa construtora deverá ser, deverá ser apresentado diariamente para aprovação ou não da gerenciadora / fiscalização. Este documento servirá para descrever quaisquer atividades ou situações relevantes não previstas nos itens anteriores. A obra será vistoriada sempre que a Contratante considerar conveniente, o que resultará em relatórios visando o acompanhamento da obra e registros.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

13.1. Sem prejuízo ao controle de qualidade da própria CONCESSIONÁRIA, a fiscalização da execução da obra será acompanhada por representantes da Administração em todas as suas fases, podendo agir amplamente para garantia da execução regular do projeto das intervenções, nas condições contratadas a fim de garantir o cumprimento integral do projeto.

13.2. A execução da obra de construção da edificação comercial (quiosque) conforme projeto detalhado e planilha orçamentária disponibilizada pela PMVV será acompanhada por representante da PMVV/SEMOB, assim designado nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução dos serviços conforme projeto executivo e normas técnicas vigentes e o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

13.3. O Concessionário ou empresa de engenharia por ele contratada sujeitar-se-á ao disposto no Decreto Municipal nº 201/2015 e/ou ao Decreto Municipal de Avaliação de Desempenho nº 145/2017. O nível de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços será representado por conceitos que serão emitidos mensalmente nas vistoria para a avaliação do atendimento a prazos, qualidade de execução do serviços, limpeza de canteiro de obra, atendimento a normas de segurança do trabalho, e normas técnicas vigentes. Aplicam-se à execução da obra de construção da edificação comercial as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

14. DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93*.*

*.*

14.2. A concessão da prestação de serviços será extinta em casos de advento do termo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da empresa concessionária, extinção do consórcio licitante, e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, observando o disposto nos Arts. 35 a 39 da Lei 8987/95.

14.3. Extinta a concessão, por ordem do CONCEDENTE antes do prazo mínimo de 20(anos), caso a empresa concessionária não tenha dado causa ao ato, a CONCEDENTE procederá os levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA.

14.4. A caducidade será declarada nas hipótese do art. 38, §1º, I a VII da Lei 8987/95.

14.5. O contrato de concessão poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, bem como em razão de eventual rescisão ou revogação do Termo de Adesão de Gestão das Praias, cabendo, nesta hipótese, ao município as indenizações devidas (cláusula sétima, §7º do Termo de Adesão).

14.5.1. Em caso de rescisão ou revogação do Termo de Adesão de Gestão das Praias, o contrato poderá ser sub-rogado à União por meio de aditivo (cláusula sétima, §8º do Termo de Adesão).

14.6. Extinta a concessão, retornam ao poder CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao CONCESSIONÁRIO conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

15. DA REVERSÃO

15.1. Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, os imóveis concedidos, na ocorrência de qualquer dos fatos a seguir mencionados, e sem direito a indenização:

I - não forem utilizados em conformidade com a sua finalidade;

II - não iniciar a obra ou atividade no prazo ajustado;

III – extinção do consórcio quando este for beneficiário da concessão;

IV- quando o concessionário solicitar a extinção da concessão.

16. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS EMPREGADOS E INSTALADOS

16.1. A concessionária responsabilizar-se pelos vícios ou defeitos dos serviços, materiais, equipamentos e mobiliários instalados, conforme dispõe o item 12 deste Termo de Referência.

17. CONDIÇÕES GERAIS

17.1. O pressente objeto dá direito aos concessionários a exploração comercial dos quiosques construídos.

17.2. Como condição para assinatura do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de trabalho com detalhamento proposto do plano de intervenções, cronograma, estratégia de atuação, mobilizações e desmobilizações, modelo gerencial, detalhamento das fases, ou seja, todos os aspectos que envolvem o planejamento e a realização das obras.

17.3. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder CONCEDENTE, bem como a execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

17.4. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar publicidade das marcas que representa, em área destinada à propaganda visual na parte interna e externa dos quiosques, conforme previsto no projeto básico e executivo dos quiosques.

17.5. Na faixa dos quiosques de Itaparica, objeto da presente concessão (cerca de 2,5 km), será adotada área de exclusão para fim de autorização e/ou licenciamento de atividade fixa de ambulantes em barracas, trailers, food-truck, ou similares, ressalvadas as situações especiais e eventos constantes do calendário municipal, observado a conveniência e oportunidade da Administração Pùblica.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

18.1. A construção da obra será executada pela própria CONCESSIONÁRIA, não havendo repasse de recursos financeiros por parte da Administração.

19. ENTREGA EFETIVA DO BEM AO PODER CONCEDENTE

19.1 Após conclusão da obra, o Município irá efetuar o registro da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis.

20. CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

20.1. É de responsabilidade do concessionário a conservação do imóvel, devendo realizar as reformas necessárias de maneira a mantê-lo na sua originalidade durante todo o período da concessão.

21. DAS SANÇÕES

21.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela CONCEDENTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes acarretará na aplicação das sanções previstas no Decreto Municipal nº 201/2015 e nas disposições da Lei nº 8666/93 e Lei nº 8987/95.

22. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1 O termo de Referência foi elaborado pelos Servidores Sras. Maria Aparecida Lima Freire Freitas Silva, Michelle Veloso Machado e Patrícia Barros Belonia.

22.2. Integram o presente Termo de Referência os anexos abaixo relacionados:

* Anexo I – Caderno de Especificações Técnicas

a) Construção do Quiosque:

* Anexo II - Projeto Arquitetônico;
* Anexo III - Projeto Estrutura e Fundação;
* Anexo IV - Projeto Hidrossanitário;
* Anexo V - Projeto Elétrico;
* Anexo VI - Projeto Cabeamento;
* Anexo VII - Projeto de Incêndio e Gás;
* Anexo VIII - Projeto Arquitetônico - Legal;
* Anexo IX - Projeto Hidrossanitário - Legal;
* Anexo X – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada, Memoria a Quantitativo, Cotação - Quiosques G1 - Nível 0,00;
* Anexo XI – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada e Memoria a Quantitativo, Cotação - Quiosques G2 - Nível 0,00 a 1,00;
* Anexo XII – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada e Memoria Quantitativo, Cotação - Quiosques G3 - Nível 1,00 A 2,00;
* Anexo XIII - Quadro de Composição do BDI – Padrão;
* Anexo XIV - Quadro de Composição do Leis Sociais – Padrão;
* Anexo XV - Composição de Custo Unitário de Serviços;
* Anexo XVI – Caderno de Especificações e Memoriais Descritivos;
* Anexo XVII – Topografia;
* Anexo XVIII – Sondagem;

d) Mobiliários e Equipamentos - Quiosque:

* Anexo XIX - Projeto Arquitetônico de Interior – Mobiliários e Equipamentos;
* Anexo XX – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada, Memoria a Quantitativo, Cotação - Mobiliários e Equipamentos - Quiosque;
* Anexo XXI - Composição de Custo Unitário de Serviços – Mobiliários e Equipamentos - Quiosque;
* Anexo XXII – Cotação de preços de insumos. – Mobiliários e Equipamentos - Quiosque;

Vila Velha/ES, 30 de Agosto de 2019.

Maria Aparecida Lima Freire Freitas Silva

Assessoria Adjunta/SEMDU

Michelle Veloso Machado

Assessora Técnica/SEMAD

Patrícia Barros Belonia

Subsecretária de Administração/SEMAD

|  |
| --- |
| DECLARAÇÃO  APROVO o conteúdo do Termo de Referência elaborado que tem por objeto a concessão de uso resolúvel e exploração de serviço, à título oneroso, de área pública de uso comum, precedida de obra de construção de quiosque, para atendimento das necessidades e conveniências de consumo dos usuários da orla da Praia de Itaparica.  Vila Velha/ES, 30 de Agosto de 2019.  Caroline Jabour de França  Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade  Rafael Gumiero de Oliveira  Secretário Municipal de Administração |

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFÍCAÇÕES TÉCNICAS**

**CADERNO TÉCNICO**

Este Caderno Técnico tem por finalidade fixar as condições administrativas e técnicas a serem observadas na atribuição de encargos relacionados à exploração comercial, incluindo o funcionamento, a manutenção, a comercialização de bebidas e alimentos, a preservação das boas práticas ambientais a serem cumpridas pelos concessionários vencedores do processo licitatório para exploração dos quiosques na orla de Itaparica.

SUMÁRIO

1. [DA CONCESSÃO DE](#_bookmark0)  USO RESOLÚVEL 3
2. [DAS OBRIGAÇÕES DOS CONCESSIONÁRIOS](#_bookmark1) 5
3. [DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, TRANSFERÊNCIA, ARRENDAMENTO, ALUGUEL, ABANDONO DO QUIOSQUE](#_bookmark2) 6
4. [DA EXECUÇÃO DE MÚSICAS E REALIZAÇÃO DE EVENTOS](#_bookmark3) 7
5. [DO ATENDIMENTO NA AREIA DA PRAIA](#_bookmark4) 7
6. [DOS RESÍDUOS](#_bookmark5) 8
7. [DA MANUTENÇÃO DO QUIOSQUE](#_bookmark6) ..9
8. [DOS TRABALHADORES ..](#_bookmark7)10
9. [DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS E COMIDAS E EXPLORAÇÃO DE MARCAS DE PUBLICIDADE ..1](#_bookmark8)1
10. [DA VEGETAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES ..](#_bookmark9)11
11. [DA FISCALIZAÇÃO ..1](#_bookmark11)2
12. [COMPETE A CONCEDENTE ..1](#_bookmark12)2
13. [DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E PENALIDADES ..1](#_bookmark13)3
14. [DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS](#_bookmark15) ..14

# DA CONCESSÃO DE USO RESOLÚVEL

# O Município concederá o direito uso resolúvel por meio de contrato administrativo para que o licitante explore atividade econômica do quiosque pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por até igual período, se atender ao interesse público, bem como podendo ser revogada em caso do não cumprimento das obrigações e deveres constantes no Termo de Referência ou contrato de Concessão e demais legislações vigentes;

# Será assegurado ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, o livre acesso aos dados e informações inerentes ao exercício do poder de auditagem relativo aos indicadores gerais e específicos quanto à qualidade na prestação dos serviços;

# Os CONCESSIONÁRIOS, após a celebração do Contrato, se obrigam a explorar o quiosque para qual foi concedido o direito de uso de bem público, de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao regime público que lhe são inteiramente aplicáveis, observados os critérios, fórmulas e parâmetros definidos na licitação, de acordo com as normas Federais, Estaduais e Municipais;

# Para o início e regular funcionamento dos quiosques, os CONCESSIONÁRIOS deverão cumprir as normas relativas à legislação sanitária e ambiental em vigor, obtendo previamente os Alvarás Sanitário junto a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Alvará de Funcionamento junto a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSU, e demais autorizações e ou licenças exigidas pelos Órgãos Ambientais, mantendo-as no quiosque em local visível e de fácil acesso, renovando-os nos prazos legais, apresentando-as ao CONCEDENTE sempre que solicitado;

# O descumprimento das obrigações previstas no Edital de Licitação e no presente Caderno Técnico ensejará a aplicação das sanções previstas na legislação Federal, Estadual e Municipal, mormente os do Código de Postura, Código de Limpeza Urbana, Código de Meio Ambiente, Código Tributário e Código de Vigilância Sanitária;

# Conforme o caso e gravidade ou, quando o uso do quiosque for inconveniente ao interesse público, implicará na cassação da CONCESSÃO;

# Os CONCESSIONÁRIOS se comprometem a manter e conservar os quiosques, seu entorno e suas instalações e demais complementos da concessão, em perfeitas condições de uso, preservando o estado físico, fazendo as indispensáveis conservações e reparações, promovendo, quando necessário, as substituições demandadas em função do desgaste, ou ainda as modernizações necessárias à boa execução dos serviços, conforme estabelecido neste Caderno, sendo que alterações ao projeto original deverão ser previamente autorizadas pelo Município;

# Constitui pressuposto da concessão a adequada qualidade dos serviços prestados, considerando-se como tal, o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, saúde, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade dos preços;

# A regularidade e a eficiência serão caracterizadas pela prestação continuada do serviço com estrita observância do disposto nas legislações aplicáveis e nas normas complementares estabelecidas pelo CONCEDENTE;

# A segurança na exploração dos quiosques será caracterizada pela forma como serão ofertados os serviços aos usuários no âmbito de atuação dos CONCESSIONÁRIOS;

# A atualidade será caracterizada pela modernidade das instalações, equipamentos e das técnicas utilizadas para exploração dos quiosques, com a absorção dos avanços advindos ao longo do prazo de concessão que efetivamente tragam benefícios aos usuários;

# A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória dos serviços, obrigando-se os CONCESSIONÁRIOS a prestarem os serviços a quem os solicite;

# A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato a todos os usuários, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, sendo usuários ou não, solicitem informações dos CONCESSIONÁRIOS, providências ou qualquer tipo de postulação nos termos deste Caderno;

# O atendimento ao princípio da modicidade dos preços praticados será caracterizado pelo esforço dos CONCESSIONÁRIOS em praticarem preços no máximo iguais aos praticados pelo mercado similar;

# A continuidade será caracterizada pela ininterrupção dos serviços prestados na exploração dos quiosques durante todo o ano, bem como pela observância dos horários de funcionamento previstos neste Caderno;

# Os CONCESSIONÁRIOS devem prestar todas as informações e/ou esclarecimentos no prazo estabelecido pelo CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas.

# DAS OBRIGAÇÕES DOS CONCESSIONÁRIOS

# Realizar a manutenção dos equipamentos e predial do quiosque e em seu entorno, a suas custas, utilizando somente produtos apropriados, de padrão similar ao original, sem alteração do projeto original, salvo quando previamente apresentado e aprovado pela CONCEDENTE;

# Observar quanto ao uso de mesas e cadeiras a quantidade projetada de 11 (onze) mesas e 44 (quarenta e quatro) cadeiras, de acordo com a padronização definida pelo CONCEDENTE, na área fisicamente demarcada para este fim dentro do quiosque;

# Cumprir rigorosamente as normas sanitárias de higiene inerentes ao armazenamento, manipulação, manutenção e fornecimento dos produtos a serem comercializados;

# Realizar a limpeza e a conservação do quiosque e do seu entorno, utilizando somente produtos apropriados e em obediência aos princípios de limpeza urbana, ambiental e sanitária definidos em lei, normas e resoluções pertinentes;

# Adimplir pontualmente, nas datas dos vencimentos, os tributos e preços públicos incidentes sobre os quiosques e serviços permitidos;

# Arcar com todas as despesas decorrentes de instalação e/ou consumo de água, energia elétrica, telefone e de qualquer outro serviço utilizado pelo quiosque respectivo;

# Arquivar no respectivo quiosque, os comprovantes de quitação de débito com as Empresas Concessionárias de água e energia elétrica, disponibilizando-os sempre que solicitado pelo CONCEDENTE;

# Manter em local de fácil visualização e no padrão definido pelo CONCEDENTE, desde o primeiro dia de atividade, os avisos aos usuários que constem o nome do Órgão fiscalizador dos serviços, bem como o número do telefone a ser contatado no caso de reclamações: Prefeitura Municipal de Vila Velha, Telefone (162 Ouvidoria) e Órgão de Defesa do Consumidor – PROCON – Telefone (27) 3388-4135;

# Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pelo CONCEDENTE, respondendo por seus atos e pelos de seus empregados ou prepostos, que impliquem em inobservância dos dispositivos estabelecidos neste Caderno Técnico e demais normas ditadas pelo CONCEDENTE;

# Cumprir todas as exigências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias da União, Estado, Município e demais exigências emanadas de seus Órgãos;

# Não manter estacionado nas proximidades do quiosque ou na orla, veículos e/ou reboques que caracterizem depósito móvel;

# Manter a higiene e a limpeza dos estabelecimentos, equipamentos e entorno, removendo materiais em desuso do interior do quiosque e do conjunto arquitetônico;

# Realizar, semestralmente, ou quando exigido pela autoridade sanitária, o controle de pragas sinantrópicas (pombos, ratos, baratas, entre outras) no ambiente interno do quiosque.

# DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, TRANSFERÊNCIA, ARRENDAMENTO, ALUGUEL, ABANDONO DO QUIOSQUE

# Os CONCESSIONÁRIOS deverão manter a exploração de suas atividades comerciais exclusivamente na área dos seus respectivos quiosques, mantendo-o em pleno funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) horas diárias, tendo como limite de funcionamento o horário de meia noite, respeitada as normas sobre limites de ruídos, especialmente a NBR 10.151/2000;

# Excepcionalmente, no período do Natal, Passagem de Ano, Carnaval e Semana Santa, os quiosques poderão funcionar até às 02 (duas) horas da manhã;

# Nos demais feriados prolongados, mediante autorização da Coordenação de Posturas Municipais os quiosques poderão funcionar até as 02 (duas) horas;

# Para o funcionamento excepcional os CONCESSIONÁRIOS deverão formalizar junto ao Protocolo Geral do Município, requerimento especifico à Coordenação de Posturas Municipais, 15 (quinze) dias antecedentes a data do pretendido funcionamento;

# O concessionário deverá manter o quiosque em funcionamento e, sendo constatado, por vistoria da Fiscalização do Município, a ausência de prestação de serviços no quiosque sem justificativa plausível, o CONCESSIONÁRIO será notificado pelo agente da fiscalização e, em caso de 10 (dez) reiterações anuais consecutivas ou intercaladas, caracterizará o abandono do quiosque, podendo ser rescindido o contrato, resguardado o contraditório e ampla defesa.

# DA EXECUÇÃO DE MÚSICAS E REALIZAÇÃO DE EVENTOS

# Os CONCESSIONÁRIOS não poderão promover ou permitir que terceiros promovam, na área dos respectivos quiosques, execução sonora superiores aos níveis máximos estabelecidos na legislação Municipal ou outra que vier ser aplicada;

# As apresentações musicais ao vivo conjuntos musicais ou trios elétricos, são facultadas apenas após análise dos órgãos competentes, sendo autorizado execução de apresentações do tipo “voz e violão” e música mecânica (tipo ambiente) dentro dos limites permitidos conforme item 4.1;

# Para realização de eventos é imprescindível a solicitação prévia à Comissão Municipal de Eventos - COMUNE, devendo o requerimento ser formalizado junto ao Protocolo Geral do Município, com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias antecedentes a data do pretendido evento.

# DO ATENDIMENTO NA AREIA DA PRAIA

# Para atendimento aos usuários na areia da praia, será permitida a utilização de até 30 (trinta) jogos de mesas com 04 cadeiras, devendo ser recolhidas diariamente quando em desuso;

# Para o acréscimo do número de mesas e cadeiras na areia da praia, por um período determinado, os CONCESSIONÁRIOS deverão formalizar junto ao Protocolo Geral do Município, requerimento especifico à Coordenação de Posturas Municipais, 15 (quinze) dias antecedentes a data do pretendido funcionamento.

# DOS RESÍDUOS

# Os CONCESSIONÁRIOS deverão manter seus respectivos quiosques, e demais complementos, em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e pela legislação em vigor;

# Os resíduos sólidos secos gerados durante o exercício da atividade comercial deverão ser devidamente acondicionados em sacos plásticos biodegradáveis preferencialmente na cor azul, e apresentados para a coleta de material reciclável, em horário e local estabelecidos pelo órgão Municipal responsável pelo recolhimento dos resíduos. O material deverá permanecer em contentor até a sua disposição para a coleta;

# Deverão ser mantidos nos quiosques e substituídos quando danificados, contentores de lixo com capacidade individual de 240 (duzentos e quarenta) litros, munidos de rodas de borracha, tampa articulável, na cor azul escuro, em quantidade compatível com o volume de resíduos gerados diariamente;

# Será obrigatoriamente realizada a higienização dos contentores de lixo, de forma que nos seus interiores não haja chorume e resíduos que possam exalar odores e atrair ou proliferar vetores;

# A coleta, o armazenamento e a disposição final dos resíduos provenientes da comercialização de coco verde in natura, bem como dos resíduos úmidos serão de responsabilidade dos respectivos CONCESSIONÁRIOS geradores;

# O óleo vegetal utilizado na preparação de alimentos será obrigatoriamente destinado a reciclagem, de forma a não oferecer impacto negativo ao meio ambiente, ficando proibido quaisquer descartes do resíduo nos solos, águas superficiais e subterrâneas, no mar territorial, em sistemas de esgoto, redes pluviais ou evacuação de águas residuais, conforme estabelecido por normas especificas;

# Será de responsabilidade dos CONCESSIONÁRIOS, a aquisição e instalação de recipientes para o armazenamento temporário dos resíduos, observada a padronização estabelecida pelo CONCEDENTE.

# DA MANUTENÇÃO DO QUIOSQUE

# O CONCESSIONÁRIO deverá manter e conservar os equipamentos, as suas instalações, e demais complementos da concessão, em perfeitas condições de uso, preservando o estado físico, promovendo as indispensáveis conservações e reparações, realizando, quando necessário, as substituições demandadas em função do desgaste, ou ainda promovendo as modernizações necessárias à boa execução dos serviços, porem sempre solicitando autorização junto à Secretaria Municipal Gestora da Orla, conforme Termo de Adesão de Gestão das Praias;

# O CONCESSIONÁRIO manterá as características originais do conjunto arquitetônico dos quiosques, submetendo, obrigatória e previamente, à apreciação e aprovação expressa do CONCEDENTE, quaisquer reformas que deva ser realizada nas instalações externas e internas dos quiosques sob permissão, mesmo que por exigência de Órgãos Públicos da União e do Estado;

# Quaisquer benfeitorias, mesmo que expressamente aprovadas pelo CONCEDENTE, serão incorporadas aos quiosques, não cabendo ao CONCESSIONÁRIO direito à indenização ou retenção;

# Serão de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, os danos e avarias causados aos quiosques e ao espaço sob concessão, ainda que decorrentes de ato de seus empregados ou de terceiros;

# Constatada a ocorrência dos danos e avarias ao quiosque e ou no entorno, os CONCESSIONÁRIOS deverão comunicar imediatamente a Secretaria Municipal Gestora da Orla, conforme Termo de Adesão de Gestão das Praias para que possam ser tomadas as providências que se fizerem necessárias;

# Utensílios como, fogão, fritadeiras e vasilhames necessários ao bom funcionamento das atividades comerciais a serem desenvolvidas nos quiosques, obedecerão as especificações fornecidas pelo CONCEDENTE, sendo responsabilidade exclusiva do CONCESSIONÁRIO;

# O CONCESSIONÁRIO responderá civil e criminalmente por danos causados por si, empregados e prepostos, a terceiros e/ou a instalações do conjunto arquitetônico que integra os quiosques;

# Nenhum equipamento, utensílio ou produto poderá ser instalado ou armazenado na área externa dos quiosques, excetuando-se os conjuntos de mesas e cadeiras e os recipientes para o armazenamento temporário dos resíduos provenientes da comercialização do coco verde in natura, na forma estabelecida neste Caderno;

# A manutenção da área útil, constituída pelas áreas entre quiosques e pelas áreas destinadas à alocação dos conjuntos de mesas e cadeiras, será de responsabilidade dos respectivos CONCESSIONÁRIOS;

# Os CONCESSIONÁRIOS deverão, contratar e manter anualmente o seguro contra incêndio dos quiosques e das demais instalações integrantes, indicando como beneficiário o Município de Vila Velha;

# A apólice deverá ser apresentada ao CONCEDENTE, por meio da Secretaria Municipal Gestora da Orla, conforme Termo de Adesão de Gestão das Praias, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura dos respectivos Termos de Concessão;

# As apólices de seguro deverão possuir obrigatoriamente as coberturas inerentes a ocorrência de incêndios, explosões causadas por vazamento de gás, e a danos corporais e materiais involuntários causados a terceiros.

# DOS TRABALHADORES

# Os CONCESSIONÁRIOS respondem pelas despesas com pessoal, arcando com os respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, dentre outros estabelecidos pela legislação em vigor, arquivando os documentos comprobatórios de suas quitações, devendo apresentá-los ao CONCEDENTE sempre que solicitado;

# Deverá ser mantido no quiosque os registros de inspeção sanitária e trabalhista, emitidos pelo CONCEDENTE e pelo Ministério do Trabalho, respectivamente, em locais visíveis e de fácil identificação;

# Os CONCESSIONÁRIOS devem se manifestarem por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sobre qualquer reclamação de usuário que, por acaso, for encaminhada pelo CONCEDENTE;

# Os CONCESSIONÁRIOS devem manter seus empregados rigorosamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e saúde;

# Os atendentes deverão usar, obrigatoriamente, camisas brancas e os manipuladores de alimentos, jalecos brancos e toucas;

# Os empregados que estiverem atuando nos caixas não poderão manipular alimentos;

# Os empregados manipuladores de alimento deverão possuir Atestado de Saúde Ocupacional e serem devidamente capacitados em boas práticas de manipulação de alimentos;

# Os empregados a serem admitidos pelos CONCESSIONÁRIOS deverão ser capacitados por entidades credenciadas e reconhecidas pelo Poder Público;

# DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS E COMIDAS E EXPLORAÇÃO DE MARCAS DE PUBLICIDADE

# Os CONCESSIONÁRIOS somente poderão comercializar produtos lícitos observando rigorosamente a obediência da Legislação Sanitária e Ambiental que rege a espécie;

# A comercialização será de petiscos, porções da culinária típica local e refeições;

# Será permitida a comercialização de coco verde in natura na área de influência de cada CONCESSIONÁRIO.

# DA VEGETAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

# Constatada a necessidade da execução de podas, replantio, adubação ou quaisquer outras intervenções na vegetação das áreas ajardinadas e na faixa da praia, circundante ou adjacente aos quiosques, os CONCESSIONÁRIOS deverão solicitar os serviços à PMVV, através da ouvidoria municipal;

# Fica vedada a inclusão, remoção ou substituição da vegetação das áreas ajardinadas e da faixa da praia, circundante e/ou adjacente ao Conjunto Arquitetônico;

# A irrigação permanente das áreas ajardinadas, deverá ser obrigatoriamente efetuada pelos CONCESSIONÁRIOS.

# DA FISCALIZAÇÃO

# É assegurado ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, o exercício da fiscalização dos serviços inerentes a concessão, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade dos CONCESSIONÁRIOS ou de terceiros, no cumprimento da legislação pertinente, ficando sob responsabilidade desses a ocorrência de qualquer irregularidade, que, uma vez constatada, deverá ser imediatamente reparada;

# Os CONCESSIONÁRIOS deverão permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços permitidos, facultando o livre acesso a todos os registros e documentos pertinentes às atividades econômicas desenvolvidas, sempre que solicitado pelo CONCEDENTE.

# COMPETE A CONCEDENTE

# Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando aos CONCESSIONÁRIOS para as providências pertinentes às suas áreas de atuação;

# Notificar imediatamente os CONCESSIONÁRIOS em débito com seus encargos tributários, sociais ou de fornecimento de energia e consumo de água por período superior a 30 (trinta) dias, para que quitem seus débitos;

# O CONCEDENTE deverá proceder avaliação semestral para apurar o grau de satisfação dos usuários com os serviços que foram permitidos, podendo fazer, se achar conveniente, a divulgação dos resultados, abrangendo ao menos, os seguintes aspectos:

# I - Atendimento aos usuários, especialmente no que tange à facilidade de acesso, presteza, cordialidade, rapidez e eficácia na resposta as solicitações e as reclamações;

# II - Atendimento as normas sanitárias, ambientais, de posturas e outras, além do disposto neste Caderno Técnico.

# Será competência da Secretaria Municipal Gestora da Orla, conforme Termo de Adesão de Gestão das Praias, monitorar e fiscalizar o fiel cumprimento das disposições contidas no contrato de concessão e neste Caderno, bem como exigir a adoção de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução das concessões, assegurado o exercício do poder de polícia administrativa dos demais órgãos do Município, Estado e da União.

# DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E PENALIDADES

# O CONCEDENTE, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas do contrato, notificará os CONCESSIONÁRIOS para que providenciem os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação;

# Verificado o descumprimento das normas estabelecidas no contrato e neste Caderno, o CONCESSIONÁRIO será notificado pelo agente fiscal, para que cesse imediatamente a irregularidade;

# Constatado o descumprimento da notificação, sem justa causa, aplicar-se-á multa diária no valor correspondente a 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da outorga, até o trigésimo dia de atraso do cumprimento da obrigação;

# As multas decorrentes do descumprimento das normas das concessões e neste Caderno serão recolhidas perante a Secretaria Municipal de Finanças – SEMFI;

# As multas não substituem as penalidades pecuniárias previstas nas demais normas Municipais;

# Se do descumprimento das normas estabelecidas no contrato e neste Caderno, resultar dano as características originais do conjunto arquitetônico dos quiosques, o agente fiscal notificará os CONCESSIONÁRIOS, para que no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, promovam os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias;

# Será assegurado aos CONCESSIONÁRIOS, no prazo de 10 (dez) dias, a interposição de recurso administrativo para impugnação da notificação e de multa, decorrentes das disposições deste Caderno;

# A inexecução total ou parcial dos serviços, ou de quaisquer determinações da fiscalização, facultar-se-á ao CONCEDENTE, a cassação unilateral da concessão, resguardo o contraditório e ampla defesa;

# Da cassação das concessões caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação dos CONCESSIONÁRIOS.

# DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

# É vedado aos CONCESSIONÁRIOS criar, alimentar e manter a presença de animais nos quiosques e no seu entorno;

# Os CONCESSIONÁRIOS ficam proibidos de ceder água, energia ou qualquer espaço a terceiros no entorno dos quiosques;

# Aos CONCESSIONÁRIOS é vedada a inclusão de elementos ou equipamentos de qualquer natureza nas áreas ajardinadas e na faixa da praia, circundante e/ou adjacente aos quiosques;

# Os CONCESSIONÁRIOS não poderão instalar letreiros ou propagandas luminosas na área de concessão e no seu entorno, exceto aquelas previstas no projeto padrão dos quiosques;

# A carga e descarga de mercadorias e equipamentos para o abastecimento dos quiosques, deverão ocorrer preferencialmente em horários não comerciais e de menor presença de usuários, utilizando sempre que possível veículos utilitários de até 01 (uma) tonelada;

# A Vigilância Sanitária Municipal aplicará, anualmente ou quando julgar necessário, roteiro de adequações a serem observados e cumpridos pelos CONCESSIONÁRIOS;

# A Secretaria Municipal de Turismo aplicará, anualmente ou quando julgar necessário, roteiro de adequações a serem observadas e cumpridos pelos CONCESSIONÁRIOS.

# Os CONCESSIONÁRIOS poderão disponibilizar os banheiros do quiosque para o público da praia.

# Na faixa dos quiosques de Itaparica, objeto da presente concessão (cerca de 2,5 km), será adotada área de exclusão para fim de autorização e/ou licenciamento de atividade fixa de ambulantes em barracas, trailers, food-truck, ou similares, ressalvadas as situações especiais e eventos constantes do calendário municipal, observado a conveniência e oportunidade da Administração Pùblica.

# As condições estabelecidas neste caderno técnico poderão ser modificadas no curso da concessão em adequação às normas ambientais, sanitárias e de postura vigentes à época, visando resguardar principalmente o interesse público.

**TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II – PROJETO EXECUTIVO**

O conteúdo do presente anexo, se encontra disponibilizado em arquivos separados devido ao tamanho do arquivo e versão do programa específico para projetos.

Constam do presente anexo os seguintes arquivos de documentos:

a) Construção do Quiosque:

* Anexo II - Projeto Arquitetônico;
* Anexo III - Projeto Estrutura e Fundação;
* Anexo IV - Projeto Hidrossanitário;
* Anexo V - Projeto Elétrico;
* Anexo VI - Projeto Cabeamento;
* Anexo VII - Projeto de Incêndio e Gás;
* Anexo VIII - Projeto Arquitetônico - Legal;
* Anexo IX - Projeto Hidrossanitário - Legal;
* Anexo X – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada, Memoria a Quantitativo, Cotação - Quiosques G1 - Nível 0,00;
* Anexo XI – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada e Memoria a Quantitativo, Cotação - Quiosques G2 - Nível 0,00 a 1,00;
* Anexo XII – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada e Memoria Quantitativo, Cotação - Quiosques G3 - Nível 1,00 A 2,00;
* Anexo XIII - Quadro de Composição do BDI – Padrão;
* Anexo XIV - Quadro de Composição do Leis Sociais – Padrão;
* Anexo XV - Composição de Custo Unitário de Serviços;
* Anexo XVI – Caderno de Especificações e Memoriais Descritivos;
* Anexo XVII – Topografia;
* Anexo XVIII – Sondagem;

d) Mobiliários e Equipamentos - Quiosque:

* Anexo XIX - Projeto Arquitetônico de Interior – Mobiliários e Equipamentos;
* Anexo XX – Cronograma, Planilha Orçamentária Detalhada, Memoria a Quantitativo, Cotação - Mobiliários e Equipamentos - Quiosque;
* Anexo XXI - Composição de Custo Unitário de Serviços – Mobiliários e Equipamentos - Quiosque;
* Anexo XXII – Cotação de preços de insumos. – Mobiliários e Equipamentos - Quiosque;

**ANEXO II**

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da Empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem pela presente informar que designamos o Senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG No \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para acompanhar o certame regido pelo Edital de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no ...../....., podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, e praticar qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do presente credenciamento.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

**ANEXO III**

**MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

Declaramos que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme estipulado no edital de CONCORRÊNCIA nº\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

# **ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PRÓPRIA**

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

A empresa **(Razão social)**, nome fantasia inscrita no CNPJ nº , na Inscrição Estadual nº , com sede na , (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(\_\_)\_\_\_\_\_\_\_), e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu **(proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso,** o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: ;

**DECLARA** para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação na **Concorrência Pública nº 017/2019,** que **NÃO REALIZOU A VISTORIA DO LOCAL** onde será executada a obra de construção do quiosque, objeto da referida licitação, no entanto, **DECLARA** que tem plena ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão, comprometendo-se que, **se vencedora**, executará o objeto do referido Processo conforme descreve o Termo de Referência, Edital e anexos.

DECLARA, por fim, ciência de que não caberá da nossa parte, posteriormente qualquer alegação de desconhecimento acerca da execução da obra/serviços. Assumimos exclusiva responsabilidade, em razão da ocorrência de eventuais prejuízos decorrentes da omissão na verificação do local de instalação e execução da obra.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade-UF, de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS**

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

1 - DECLARO estar ciente dos EQUIPAMENTOS necessários para a execução da obra de construção da unidade de quiosque, bem como DECLARO que eles serão disponibilizados adequadamente, conforme o cronograma de execução.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DISCRIMINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS** | **POTÊNCIA / CAPACIDADE** | **QUANTIDADE** |
| 1 |  |  |  |
| 2 |  |  |  |
| 3 |  |  |  |
| 4 |  |  |  |
| 5 |  |  |  |
| 6 |  |  |  |
| 7 |  |  |  |
| 8 |  |  |  |
| 9 |  |  |  |
| 10 |  |  |  |

Nome do Município /UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

**E INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

A empresa **(Razão social)**, nome fantasia inscrita no CNPJ nº , na Inscrição Estadual nº , com sede na , (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(\_\_)\_\_\_\_\_\_\_), e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu **(proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso,** o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: ;

DECLARA para fins de participação da Concorrência nº XXXX que, caso venha a vencer a referida licitação o(s) responsável(is) técnico(s) pela(s) obra(s) de construção do quiosque será(ão):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nome do Representante(s) Técnico(s) | Especialidade | Nº de Registro | Data de Registro |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

DECLARA, que manterá o(s) profissional(is) indicado(s) acima, como responsável(is) técnico(s) na direção e execução dos trabalhos de construção do quiosque até a sua inteira conclusão, podendo ser realizada substituição do responsavel desde que detenha a mesma qualificação técnica comprovada pelo indicado na ocasião da licitação.

Eu,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,portador do CREA/CAU nº , nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no RG nº e no CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone(xx)xxx), e-mail ;

Autorizo expressamente a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **a indicar meu nome como Responsável Técnico** e/ou incluir-me na equipe técnica que se responsabilizará pela execução da obra de construção do quiosque objeto da licitação ora em referência, caso a mesma seja contratada e declaro estar de acordo com a indicação de responsavel técnico para consecução do objeto da licitação, salvo em caso de inquestionável fato impeditivo que enseje minha substituição por profissional com qualificação equivalente ao exigido neste Edital.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade-UF, aos dias do mês de 2019.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

Assinatura Nome Completo

CREA/CAU Nº XXXXX

**ANEXO VII**

**TERMO DECLARATÓRIO ART. 27, INC. V, DA LEI 8.666/93**

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

Em cumprimento as determinações da Lei nº. 8.666/93, para fins de participação na **Concorrência Pública nº XXX/2019**, a empresa ................ (razão social) ........., estabelecida à ................ (Endereço Completo) ..............., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ................., declara que conhece e aceita todos os parâmetros e elementos para a execução do objeto e em particular que:

**a)** Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;

**b)** Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;

**c)** Não existe a superveniência de fato que impeça a sua habilitação/participação nesta licitação estando ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**d)** Não existe participação direta ou indireta de servidor público de entidades ou órgãos da Administração Municipal;

**e)** Não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**f)** Se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos do Art. 3º da LC123/2006 e **Lei complementar nº 147/2014** e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, para fins do exercício dos benefícios previstos na mencionada lei;

*OU*

**g)** Que NÃO se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006 e **Lei Complementar nº 147/2014**.

Por ser a expressão da verdade, eu......., Carteira de Identidade nº. ..........., CPF Nº. ............, representante legal desta empresa, firmo a presente.

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

**OBS.:** A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.

# **ANEXO VIII**

# **DECLARAÇÃO DE APORTE FINANCEIRO**

CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

A empresa **(Razão social)**, nome fantasia inscrita no CNPJ nº , na Inscrição Estadual nº , com sede na , (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(\_\_)\_\_\_\_\_\_\_), e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu **(proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso,** o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: ;

**DECLARA**, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº XXXX,** sob as penalidades da lei, **que, no momento da assintuara do contrato, deterá o aporte financeiro no valor mínimo de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), a ser comprovado por meio de extrato de depósito bancário, carta fiança, seguro garantia, ou documento equivalente, emitido por instituição oficial, em seu nome e/ou do consórcio.**

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade-UF, de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

# **ANEXO IX**

## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO DE VILA VELHA**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50.648/2019**

A empresa **(Razão social)**, nome fantasia inscrita no CNPJ nº , na Inscrição Estadual nº , com sede na , (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(\_\_)\_\_\_\_\_\_\_), e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu **(proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso,** o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: ;

**DECLARA**, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº XXXX,** sob as penalidades da lei, **que os diretores, responsáveis legais ou técnicos, membro de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sócios e gerentes** da empresa acima identificada, da qual somos representantes, **não mantém vínculo empregatício com a PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA/ES, qualquer uma de suas secretarias e/ou órgão da administração indireta.**

**DECLARA**, ainda, que não possui em seu quadro societário qualquer servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do Município de Vila Velha/ES;

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade-UF, de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

**ANEXO X**

**MINUTA CONTRATO**

**Minuta Contrato nº xxx/2019**

**PROCESSO Nº. 50.648/2019**

**COCORRENCIA PUBLICA nº xxx/2019**

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO RESOLÚVEL E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO, À TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA PÚBLICA DE USO COMUM, PRECEDIDA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUE, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES E CONVENIÊNCIAS DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DA ORLA DA PRAIA DE ITAPARICA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VILA VELHA E O XXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE VILA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Leopoldina, 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES, CEP 29.102-200, inscrito no CNPJ sob nº. **27.165.554/0001-03**, neste ato representado pela Secretaria Municipal de xxx , neste ato representado pelo o Srº xx  **, inscrito no CPF sob nº xx,** daqui por diante denominado **Contratante** e **a empresa xxx** , CNPJ/MF nº xxxx, com sede Rua xxxxx , CEP.: xxx, doravante denominado, **Contratado**, representado neste ato por **Sr. xxxx**, inscrito no CPF sob Nº xxx doravante denominada **CONCESSIONÁRIA,** celebram o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO RESOLÚVEL,** a título uso resolúvel e exploração de serviço, à título oneroso, de área pública de uso comum, precedida de obra de construção de quiosque, para atendimento das necessidades e conveniências de consumo dos usuários da orla da Praia de Itaparica, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

### 1.1. Constitui objeto do presente CONTRATO a concessão de uso resolúvel e exploração de serviço, à título oneroso, precedida de obra de construção do quiosque nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para atendimento das necessidades e conveniências de consumo dos usuários da Orla da praia de Itaparica, conforme detalhado no termo de referência, anexo I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1. As especificações técnicas das condições e características das obras de construção dos quiosques estão dispostas no **ANEXO I** – do Termo de Referência – Projeto Executivo.

2.2. O projeto aprovado prevê uso de tecnologia tradicional construtiva para execução das obras de construção do quiosque, contudo pode vir a ser proposta nova tecnologia pela concessionária desde que não impacte na concepção do projeto, em dilação do prazo previsto, bem como, prejuízo de segurança e qualidade das intervenções e resguardado o projeto arquitetônico aprovado para ser executado, sempre mediante aprovação da Prefeitura Municipal.

2.3. A concessionária deverá construir, dentro da área delimitada de Concessão, um quiosque de acordo com as especificações técnicas, croquis, planilhas, cronograma e projetos, cabendo o fornecimento de todos os equipamentos, mobiliários, ferramentas, materiais e mão de obra necessária à execução da obra e implantação dos equipamentos e mobiliários necessários ao funcionamento do quiosque, em conformidade com o termo de referência e projeto executivo.

2.4. Qualquer alteração no projeto básico somente poderá ser executada mediante aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade - SEMDU, que avaliará a solicitação junto à área técnica de Engenharia e Arquitetura.

2.5. A concessionária terá o prazo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato, para apresentar o plano de construção e ocupação do quiosque, e a Administração terá o prazo sucessivo de até 10 dias para análise e aprovação do plano.

2.6. Em caso de não aprovação do plano de construção e de ocupação pela Administração, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 10 dias para readequá-lo e encaminhar para nova análise pela Administração, sob pena de aplicação de multa diária nos termos da Cláusula Décima Terceira do contrato.

2.7. Autorizada a construção pelo Município, a Concessionária terá o prazo de até 30 (trinta) dias para iniciar as obras do quiosque, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato, sem qualquer direito à indenização.

2.8. A concessionária se compromete a entregar a obra acabada, executada nos termos do projeto, ao Município em até 180 dias da assinatura do contrato, sob pena de multa por dia de atraso injustificado, no termos de Decreto Municipal nº 201/2015.

2.9. O não cumprimento do cronograma da obra importará em descumprimento contratual, e uma vez notificado, ensejará na aplicação das penalidades contratuais.

2.10. Concluída a obra, o Município registrará a propriedade do quiosque em Cartório para que este seja incorporado ao patrimônio Municipal.

2.11. As obras inacabadas serão incorporadas ao patrimônio público municipal, mediante indenização dos valores investidos.

2.12. A concessionária deverá informar imediatamente qualquer falha ou deficiência, constatada no projeto básico, bem como, poderá apresentar sugestões de melhoria, que serão avaliadas pela Administração, junto à área técnica de Engenharia e Arquitetura.

2.13. Será construído, uma unidade de quiosque dentre as 20 (vinte) unidades sorteadas, considerando especificações, projeto executivo e tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº do Quiosque (N)**  Obs. A localização de cada quiosque encontra-se detalhada no projeto executivo | **GRUPO** | Valor da Outorga correspondente ao Investimento da Obra incluindo mobiliários e equipamentos |
| N5, N6, N7, N8, N9 e N13 | 1 - Nível 0,00 m | **R$ 562.551,80** |
| N1, N4, N10, N11, N12, N15 e N19 | 2 - Nível 0,00 a 1,00 m | **R$ 572.073,46** |
| N2, N3, N14, N16, N17, N18 e N20 | 3 - Nível 1,00 a 2,0m | **R$ 580.031,94** |

2.14. A concessionária, a fim de evitar impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra, deverá adotada medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

1. tomar medidas de segurança contra o derramamento de material poluente;
2. dispor adequadamente o lixo;
3. limpar diariamente os canteiros da obra ao término da sua execução.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** |

**3.1.** A presente Concorrência não implica em quaisquer despesas a serem executadas por conta de dotação orçamentária de Órgão vinculado ao Município.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA OUTORGA** |

4.1. O valor da OUTORGA será o correspondente ao estimado para construção do quiosque, conforme a unidade sorteada, juntamente com o valor previsto a título de atendimento ao Termo de Adesão de Gestão das Praias, no percentual de 2% da Planta de Valores Genéricos (PGV Municipal) da respectiva área a cada metro quadrado concedido.

4.1.1. Conforme consta no Termo de Adesão de Gestão das Praias, cláusula sétima, II, b, a concessão onerosa é devida pelo particular anualmente, o montante de 2%, da Planta de Valores Genéricos (PGV Municipal) da respectiva área, a cada metro quadrado concedido do empreendimento, correspondente ao valor atual de R$ 5.713,99 (cinco mil, setecentos e treze reais e noventa e nove centavos) conforme tabela de referência data base 2019.

4.1.2. O valor referente ao percentual de 2% da Planta de Valores Genéricos (PGV Municipal), será devido somente após o prazo de 60(sessenta) meses contados da concessão do habite-se.

4.2. O valor da taxa de licença pela atividade será efetuado pela Coordenação de Posturas e repassado pela empresa, considerando a área real da estação, a quantidade de estações e outros itens, conforme projeto implantado pela empresa vencedora da licitação.

**CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. CONCESSIONÁRIA:**

5.1.1. Prestar serviço adequado, na forma prevista da Lei, nas normas técnicas aplicáveis no contrato, em especial ao Caderno de Especificações Técnicas vinculado ao edital;

5.1.2. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

5.1.3. Prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

5.1.4. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

5.1.5. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos, produtos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

5.1.6. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

5.1.7. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

5.1.8. Contratar a suas expensas e sob sua responsabilidade a mão-de-obra necessária para a prestação de serviço, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente;

5.1.9. Não poderá ceder, transferir ou subcontratar total ou parcial, dos encargos de gestão sem anuência justificada do poder concedente;

5.1.10. Apresentar Plano de Construção e Ocupação no prazo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato;

5.1.11. Cumprir os prazo de início e término da obra, conforme definido neste termo de referência;

4.1.12. Adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, que deverá ocorrer, conforme prazo aprovado pela Administração em Plano de Construção e Ocupação, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente as atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento;

5.1.13. Manter qualidade no fornecimento de produtos e prestação de serviços efetuados pelos quiosques administrados na Praia de Itaparica a ser aferido através de pesquisa de satisfação que será realizada pela concedente;

5.1.14. Manter as características físicas da construção, sendo que qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta CONCESSÃO, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros, deverá ser submetido previamente à apreciação e aprovação escrita da CONCEDENTE que poderá vetar parcial ou totalmente;

5.1.15. Contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor compatível com a estrutura/atividade comercial do imóvel, indicando como beneficiário o Município de Vila Velha, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) à CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da exploração comercial no imóvel, e a cada renovação anual do seguro;

5.1.16. Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pela CONCEDENTE, respondendo por seus atos e de seus empregados, que impliquem em inobservância deste termo;

5.1.17. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

5.1.18. Observar e cumprir as normas fixadas em Instrução Normativa, ou regulamento equivalente, da CONCEDENTE, referente aos procedimentos, usos e costumes nos quiosques da Orla de Vila Velha;

5.1.19. Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia e água, impreterivelmente até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços;

5.1.20. Submeter previamente para análise e aceite da CONCEDENTE alteração societária que não prejudique a execução do contrato;

5.1.21. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

5.1.22. Cumprir as normas relativas à legislação ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente o(s) alvará(s) exigidos na forma da Lei e necessários para o exercício da atividade, bem como, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

5.1.23. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias de higiene inerentes ao armazenamento, manipulação, manutenção e fornecimento dos produtos a serem comercializados;

5.1.24. Manter a originalidade construtiva, sendo vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, a exceção dos locais permitidos na concepção do projeto, permitida também a identificação exclusiva do local, na forma disciplinada pelos órgãos reguladores e/ou CONCEDENTE e observando o contido na Instrução Normativa e/ou regulamento equivalente;

5.1.25. Manter limpa toda a área que compõe os imóveis, assim como a área de influência utilizada pelo CONCESSIONÁRIO, devendo os resíduos coletados ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, na forma e horário estabelecido pelo Município;

5.1.26. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seu resíduo em duas frações denominadas “lixo seco” e “lixo úmido”;

5.1.27. Realizar a higienização diária dos contentores, de forma que no seu interior não fique resíduos que possam causar a geração de odores, atração e proliferação de vetores, sendo vedada a presença de chorume no fundo do contentor;

5.1.28. Manter e conservar os equipamentos, mobiliários, as suas instalações, e demais complementos da concessão, em perfeitas condições de uso, preservando o estado físico, promovendo as indispensáveis conservações e reparações, realizando, quando necessário, as substituições demandadas em função do desgaste, ou ainda promovendo as modernizações necessárias à boa execução dos serviços;

5.1.29. Prestar serviços de qualidade, considerando-se como tal, o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, saúde, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade dos preços;

5.1.30. Responder civil e criminalmente por danos causados por si, empregados e prepostos, a terceiros e/ou a instalações do conjunto arquitetônico que integra os quiosques;

5.1.31. Manifestarem por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sobre qualquer reclamação de usuário que, por acaso, for encaminhada pelo CONCEDENTE;

5.1.32. Observar as recomendações constantes no Caderno de Especificações Técnicas, anexo no Termo de Referência;

5.1.33. Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.34. Garantir o aporte financeiro necessário para a construção da unidade concedida, no valor mínimo de R$ 562.551,80 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais, oitenta centavos), conforme declaração apresentada para fins de Habilitação.

5.1.35. Cumprir integralmente as obrigações previstas no caderno de Especificações Técnicas parte integrante deste contrato.

**5.2. CONCEDENTE:**

5.1.1. Analisar o Plano de Construção e Ocupação no prazo de até 10 dias a contar de seu recebimento;

5.1.2. Aprovar ou Rejeitar o Plano de Construção e Ocupação, dando ciência ao contratado;

5.1.3. Autorizar o funcionamento do quiosque após cumpridas todas as formalidades legais e contratuais;

5.1.4. Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

5.1.5. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, inclusive de suspensão ou encerramento das atividades e perda da concessão, quando for o caso;

5.1.6. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

5.1.7. Extinguir a concessão, nos casos previstos na Lei e na forma prevista no contrato;

5.1.8. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais da concessão;

5.1.9. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

5.1.10. Registrar a propriedade do imóvel em Cartório para que este seja incorporado ao patrimônio Municipal, após a conclusão da Edificação;

5.1.11. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária;

5.1.12. A fiscalização do serviço será feita por servidor municipal designado pela PMVV, podendo requisitar diligências aos órgãos envolvidos, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada ou vinculada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

6.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

.

6.2. A concessão da prestação de serviços será extinta em casos de advento do termo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da empresa concessionária, extinção do consórcio licitante, e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, observando o disposto nos Arts. 35 a 39 da Lei 8987/95.

6.3. Extinta a concessão, por ordem do CONCEDENTE antes do prazo mínimo de 20(anos), caso a empresa concessionária não tenha dado causa ao ato, a CONCEDENTE procederá os levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA.

6.4. A caducidade será declarada nas hipótese do art. 38, §1º, I a VII da Lei 8987/95.

6.5. O contrato de concessão poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, bem como em razão de eventual rescisão ou revogação do Termo de Adesão de Gestão das Praias, cabendo, nesta hipótese, ao município as indenizações devidas (cláusula sétima, §7º do Termo de Adesão).

6.5.1. Em caso de rescisão ou revogação do Termo de Adesão de Gestão das Praias, o contrato poderá ser sub-rogado à União por meio de aditivo (cláusula sétima, §8º do Termo de Adesão).

6.6. Extinta a concessão, retornam ao poder CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao CONCESSIONÁRIO conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO**

7.1. A vigência da concessão de uso será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por até igual período, se atender ao interesse público, bem como podendo ser revogada em caso do não cumprimento das obrigações e deveres constantes neste instrumento ou no contrato de Concessão e demais legislações vigentes que sejam pertinentes ao objeto dessa licitação.

7.2. O Contrato de Concessão de Uso Resolúvel para utilização de espaço público será formalizado de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93, Lei nº 8987/95, com a observância do Termo de Adesão de Gestão das Praias, da Legislação Sanitária, do Código de Posturas Municipal e das recomendações constantes no Caderno de Especificações Técnicas no que couber e, sem prejuízo das alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA TERCEIRIZAÇÃO DO OBJETO**

8.1**.** Será admitida a subcontratação do objeto deste **contrato de concessão**.

8.2. Sem prejuízo das responsabilidades previstas neste Contrato, a CONCESSIONARIA poderá firmar contratos de parceria ou subcontratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, mediante anuência prévia e expressa da CONCEDENTE.

8.3 Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros e o Município de Vila Velha-ES.

8.4. A CONCESSIONÁRIA desde já tem ciência de que todos os contratos a serem por ela firmados com terceiros não tornam a CONCEDENTE co-responsável com a CONCESSIONARIA de modo que qualquer compromisso constante daqueles contratos não será objeto de envolvimento ou de solução pela CONCEDENTE, correndo os mesmos exclusivamente por conta e risco da CONCESSIONÁRIA.

8.5. Não haverá qualquer espécie de vínculo empregatício entre os empregados da CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas e a CONCEDENTE, sendo que esta condição deverá estar expressa nos subcontratos constituídos pela CONCESSIONÁRIA.

**CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA**

9.1. Sem prejuízo ao controle de qualidade da própria CONCESSIONÁRIA, a fiscalização da execução da obra será acompanhada por representantes da Administração em todas as suas fases, podendo agir amplamente para garantia da execução regular do projeto das intervenções, nas condições contratadas a fim de garantir o cumprimento integral do projeto.

9.2. A execução da obra de construção da edificação comercial (quiosque) conforme projeto detalhado e planilha orçamentária disponibilizada pela PMVV será acompanhada por representante da PMVV/SEMOB, assim designado nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução dos serviços conforme projeto executivo e normas técnicas vigentes e o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

9.3. O Concessionário ou empresa de engenharia por ele contratada sujeitar-se-á ao disposto no Decreto Municipal nº 201/2015 e/ou ao Decreto Municipal de Avaliação de Desempenho nº 145/2017. O nível de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços será representado por conceitos que serão emitidos mensalmente nas vistoria para a avaliação do atendimento a prazos, qualidade de execução do serviços, limpeza de canteiro de obra, atendimento a normas de segurança do trabalho, e normas técnicas vigentes. Aplicam-se à execução da obra de construção da edificação comercial as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**CLAUSULA DECIMA - DA REVERSÃO**

10.1. Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, os imóveis concedidos, na ocorrência de qualquer dos fatos a seguir mencionados, e sem direito a indenização:

I - não forem utilizados em conformidade com a sua finalidade;

II - não iniciar a obra ou atividade no prazo ajustado;

III – extinção do consórcio quando este for beneficiário da concessão;

IV- quando o concessionário solicitar a extinção da concessão.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

**11.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, sem justificativa aceita pela CONCEDENTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes acarretará na aplicação das sanções previstas no Decreto Municipal nº 201/2015 e nas disposições da Lei nº 8666/93 e Lei nº 8987/95.13.1.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES GERAIS**

12.1. O pressente objeto dá direito aos concessionários a exploração comercial dos quiosques construídos.

12.2. Como condição para assinatura do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de trabalho com detalhamento proposto do plano de intervenções, cronograma, estratégia de atuação, mobilizações e desmobilizações, modelo gerencial, detalhamento das fases, ou seja, todos os aspectos que envolvem o planejamento e a realização das obras.

12.3. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder CONCEDENTE, bem como a execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

12.4. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar publicidade das marcas que representa, em área destinada à propaganda visual na parte interna e externa dos quiosques, conforme previsto no projeto básico e executivo dos quiosques.

12.5.Após conclusão da obra, o Município irá efetuar o registro da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis**.**

12.6. A concessionária responsabilizar-se pelos vícios ou defeitos dos serviços, materiais, equipamentos e mobiliários instalados, conforme dispõe o item 12 doTermo de Referência.

12.7.É de responsabilidade do concessionário a conservação do imóvel, devendo realizar as reformas necessárias de maneira a mantê-lo na sua originalidade durante todo o período da concessão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REPRESENTANTE DA CONCESSIONÁRIA**

13.1. Representará a CONCESSIONÁRIA na execução do serviço Sr. XXX X, CPF n.º XXX.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Caberá a concedentea publicação do extrato deste termo contratual, no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. Fica eleito o foro da Vara da Fazenda Pública Municipal de Vila Velha, Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas, direta ou indiretamente, deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma juntamente com 02 (duas) testemunhas, igualmente signatárias.

Vila Velha/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

Seretaria Muncipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade

Concedente

Representante

Concessionária

**TESTEMUNHAS:**

**01 -\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 02 - \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

# **ANEXO XI**

**MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO**

### **À**

**Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Administração**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**

A empresa **(Razão social)**, nome fantasia inscrita no CNPJ nº , na Inscrição Estadual nº , com sede na , (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(\_\_)\_\_\_\_\_\_\_), e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu **(proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso,** o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: ;

Na qualidade de **CONTRATADA,** vem por meio desta, **INDICAR COMO PREPOSTO o Sr.** Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (xx)xxx, e-mail , **conforme exige o item xxxxx do Edital, oriundo de realização de licitação pública na modalidade Concorrência Pública nº XXXXXXX.**

Declaramos que o referido profissional é qualificado para tal ato, podendo representar esta Empresa perante a Contratante no diz respeito aos serviços a serem executados, possuído o conhecimento e a capacidade profissional necessária para responder pela Contratada, tendo autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado aos serviços contratados, acompanhar e fiscalizar a execução dos mesmos, devendo este Preposto responder por todos os assuntos relativos ao contrato supra mencionado.

Cidade-UF, de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

**ANEXO XII**

**Declaração da Prestação de Serviços ao Usuário e a Fiscalização Municipal**

##### A empresa **(Razão social)**, nome fantasia inscrita no CNPJ nº , na Inscrição Estadual nº , com sede na , (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(xx)xx), e-mail: xxxxxxxxxxxx, através de seu **(proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso,** o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (xx)xxx, e-mail: , **DECLARA** para fins de participação da **Concorrência nº XXXX** que, caso venha a vencer a referida licitação se compromete a:

1. Prestar serviço adequado, na forma prevista da Lei, nas normas técnicas aplicáveis no contrato, em especial ao Caderno Técnico vinculado ao edital;
2. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
3. Prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;
4. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
5. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos, produtos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
6. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;
7. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
8. Contratar a suas expensas e sob sua responsabilidade a mão-de-obra necessária para a prestação de serviço, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente;
9. Não Ceder, transferir ou subcontratar total ou parcial, os encargos de gestão sem anuência justificada do poder concedente;
10. Apresentar Plano de Construção e Ocupação no prazo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato;
11. Cumprir os prazo de início e término da obra, conforme definido neste termo de referência;
12. Adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, que deverá ocorrer, conforme prazo aprovado pela Administração em Plano de Construção e Ocupação, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente as atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento; (Equipamentos obrigatórios para funcionamento do quiosque)
13. Manter qualidade no fornecimento de produtos e prestação de serviços efetuados pelos quiosques administrados na Praia de Itaparica a ser aferido através de pesquisa de satisfação que será realizada pela concedente;
14. Manter as características físicas da construção, sendo que qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta CONCESSÃO, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros, deverá ser submetido previamente à apreciação e aprovação escrita da CONCEDENTE que poderá vetar parcial ou totalmente;
15. Contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor compatível com a estrutura/atividade comercial do imóvel, indicando como beneficiário o Município de Vila Velha, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) à CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da exploração comercial no imóvel, e a cada renovação anual do seguro;
16. Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pela CONCEDENTE, respondendo por seus atos e de seus empregados, que impliquem em inobservância deste termo;
17. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;
18. Observar e cumprir as normas fixadas em Instrução Normativa, ou regulamento equivalente, da CONCEDENTE, referente aos procedimentos, usos e costumes nos quiosques da Orla de Vila Velha;
19. Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia e água, impreterivelmente até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços;
20. Submeter previamente para análise e aceite da CONCEDENTE alteração societária que não prejudique a execução do contrato;
21. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;
22. Cumprir as normas relativas à legislação ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente o(s) alvará(s) exigidos na forma da Lei e necessários para o exercício da atividade, bem como, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;
23. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias de higiene inerentes ao armazenamento, manipulação, manutenção e fornecimento dos produtos a serem comercializados;
24. Manter a originalidade construtiva, sendo vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, a exceção dos locais permitidos na concepção do projeto, permitida também a identificação exclusiva do local, na forma disciplinada pelos órgãos reguladores e/ou CONCEDENTE e observando o contido na Instrução Normativa e/ou regulamento equivalente;
25. Manter limpa toda a área que compõe os imóveis, assim como a área de influência utilizada pelo CONCESSIONÁRIO, devendo os resíduos coletados ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, na forma e horário estabelecido pelo Município;
26. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seu resíduo em duas frações denominadas “lixo seco” e “lixo úmido”;
27. Realizar a higienização diária dos contentores, de forma que no seu interior não fique resíduos que possam causar a geração de odores, atração e proliferação de vetores, sendo vedada a presença de chorume no fundo do contentor;
28. Manter e conservar os equipamentos, as suas instalações, e demais complementos da concessão, em perfeitas condições de uso, preservando o estado físico, promovendo as indispensáveis conservações e reparações, realizando, quando necessário, as substituições demandadas em função do desgaste, ou ainda promovendo as modernizações necessárias à boa execução dos serviços;
29. Prestar serviços de qualidade, considerando-se como tal, o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, saúde, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade dos preços;
30. Responder civil e criminalmente por danos causados por si, empregados e prepostos, a terceiros e/ou a instalações do conjunto arquitetônico que integra os quiosques;
31. Manifestarem por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sobre qualquer reclamação de usuário que, por acaso, for encaminhada pelo CONCEDENTE;
32. Observar as recomendações constantes no Caderno de Especificações Técnicas, Anexo I, deste Termo de Referência;
33. Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PRIORIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Razão social), nome fantasia\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na Inscrição Estadual nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (endereço completo), telefone(\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu (proprietário/sócio administrador/representante legal/procurador) conforme o caso, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado à (endereço completo), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CEP\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA em atendimento ao item 14.5 do Termo de Referência sua ordem de prioridade de Setor(es) para o sorteio das unidades de imovel, nos seguintes termos:

|  |  |
| --- | --- |
| SETOR | PRIORIDADE |
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa.

Assinatura do Representante

1. \*Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009). [↑](#footnote-ref-1)
2. \*Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009). [↑](#footnote-ref-2)
3. \*Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009). [↑](#footnote-ref-3)
4. \*Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009). [↑](#footnote-ref-4)